

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA

Lauren Cavichioli Quissini

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMININO NA OBRA *A FERRO E  
FOGO I* DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Passo Fundo/RS

2019

Lauren Cavichioli Quissini

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMININO NA OBRA *A FERRO E FOGO I* DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Lucia Colussi

Passo Fundo/RS

2019

**A todas as mulheres.**

*Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa  
própria substância, já que viver é ser livre.*

**Simone de Beauvoir**

## AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata aos meus pais Cleber e Adriana, em primeiro lugar, por toda a ajuda financeira e também emocional, para que pudesse concretizar essa graduação. Agradeço também a todas as pessoas que de alguma forma me deram apoio quando as dificuldades chegaram, principalmente, pelas leituras e sugestões na elaboração deste trabalho.

Agradeço a tia Caia por sempre preparar lanches deliciosos para quando eu retornasse para casa, você é muito especial para mim.

Aos meus irmãos Luiz Eduardo e Mariana por me alegrarem nos dias mais difíceis.

Ao meu namorado Stéfano, pela compreensão das ausências, obrigado.

A minha amiga do coração Viviane Monteiro de Carvalho, por dividir angústias e felicidades durante esses quatro anos, uma amizade que nasceu com esse curso. Nós temos muitas histórias para contar, meu muito obrigado. Ao meu amigo Ramon Hendges, pessoa que também conheci aqui, obrigado por todos os conselhos e incentivos, por acreditar em mim sempre.

As amizades feitas com os guris do fundão: Ademir, Anderson, Cristian, Everton e Lenon, vocês são dez.

A minha querida orientadora, Eliane Lucia Colussi, a qual tenho um carinho muito especial, pela disponibilidade de sempre, pela simplicidade e pelos apontamentos relevantes desde a elaboração do projeto até o resultado final desse trabalho, obrigado de coração.

A todos os professores do curso de História, os quais admiro muito. Os responsáveis por me fazerem acreditar na importância do conhecimento histórico para a humanidade.

## RESUMO

As representações que a literatura cria, abarca uma visão diferente do ponto de vista histórico. Enquanto a Literatura resgata sujeitos e contextos históricos, transformando-os em uma história ficcional, contemplando ou não elementos que existiram, a História produz uma narrativa concentrada nas fontes de pesquisa, situando o narrador a um compromisso com o relato, não o permitindo fantasiar determinada história. A Literatura, assim, produz uma história com novas perspectivas, fornecendo uma renovação na interpretação de determinados contextos, que por vezes encontram-se fartos diante da narrativa histórica. O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais da mulher a partir de personagens femininos na obra *A Ferro e Fogo I: tempo de solidão*, de Josué Guimarães. Nesse sentido, justifica-se tal investigação, em decorrência de que a maioria dos trabalhos realizados acerca dessa obra, são originários da área da Letras e Literatura, percebendo uma lacuna ante o olhar histórico sobre esta. Para o desenvolvimento de tal pesquisa, se utilizou da metodologia de análise de discurso, buscando refletir-se as categorias de estrutura familiar, representação da mulher, conservadorismo e submissão feminina examinando de que forma esses elementos foram retratados pelo autor da obra. A partir dessa análise, observou-se que as mulheres desse período, estavam inseridas em uma sociedade extremamente conservadora, a qual legitimava uma estrutura familiar baseada em posições e tarefas definidas para o homem e a mulher. Além disso, pregava-se a submissão feminina às ordens da figura masculina. Desse modo, o estudo da obra, permitiu concluir que, embora inseridas nessa sociedade conservadora, o escritor Josué Guimarães propôs representar de forma diversa, as mulheres que compuseram a sociedade sulina rio-grandense, que por vezes desafiaram os regimentos do tecido social, o que é o caso da personagem principal, a imigrante Catarina e as prostitutas de Porto Alegre. Para além dessas, o escritor representou as mulheres de elite, com sua submissão explícita, também as escravas, as parteiras e as indígenas. Em síntese, a discussão e a ampliação de estudos sobre a formação da sociedade sul rio-grandense, mostram-se necessários para a compreensão da formação dessa região, visto que, muitos elementos ainda se fazem presentes na atualidade do Rio Grande do Sul.

**Palavras chave:** História da mulher no Rio Grande do Sul. Literatura das personagens femininas. Representações femininas. Josué Guimarães.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Josué Marques Guimarães.....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 2 - Josué Marques Guimarães escrevendo.....</b>	<b>25</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 – Personagens femininos e suas principais características .....</b>	<b>35</b>
---	-----------

## LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
AI-5	Ato Institucional número cinco
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SNI	Serviço Nacional de Informações
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. HISTÓRIA, LITERATURA E GÊNERO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E INTERDISCIPLINARIEDADE</b> .....	<b>15</b>
1.1 História Cultural e o conceito de representação.....	15
1.2 História, literatura e gênero .....	19
<b>2. JOSUÉ MARQUES GUIMARÃES: ASPECTOS BIOGRÁFICOS E TRAJETÓRIA LITERÁRIA</b> .....	<b>23</b>
2.1 Josué Guimarães: aspectos biográficos e sua importância.....	23
2.2 A importância da obra do autor.....	26
<b>3. OS PERSONAGENS FEMININOS NA OBRA A FERRO E FOGO I</b> .....	<b>31</b>
3.1 O contexto da colonização alemã no Rio Grande do Sul .....	31
3.2. As características dos personagens femininos .....	35
3.3 Representação social de tais personagens: literatura e mulher no século XIX .....	36
3.4 Catarina Klumpp Schneider: uma mulher de coragem .....	39
3.4.1 <i>Espingarda carregada: Gründling à vista</i> .....	40
3.6 Sofia Spannenberger: uma donzela trancafiada .....	42
3.6.1 <i>O estereótipo do belo: o medo da destruição da beleza</i> .....	46
3.7 Prostituição: entre o conservadorismo e a rebeldia .....	48
3.8 Uma profissão reservada à mulher: o parto .....	50
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O início da colonização alemã no Rio Grande do Sul, teve como marco, o ano de 1824, com a chegada de 38 imigrantes às terras da Real Feitoria do Linho Cânhamo, denominada, posteriormente, de São Leopoldo. Até 1850, a imigração alemã parece ter sido bastante irregular, apresentando oscilações numéricas, as quais resultaram numa maior leva entre 1824-1830 e uma menor quantidade entre 1847-1854. Sobretudo, o recrutamento de contingentes agricultores para as colônias sulinas, coube ao major Jorge Antônio Schaeffer, que amparando seu trabalho sob o nome de “colonização”, recrutava soldados para formar batalhões de estrangeiros para o I Império (DACANAL; GONZAGA, 1980).

Ao instalarem-se em terras sulinas, o trabalho dos colonos alemães, originou uma dinâmica econômica de pequenas unidades agrícolas e artesanais, voltadas para a subsistência e ao pequeno comércio. Sendo o lote a unidade de base da economia familiar, havia-se uma divisão etária, sexual e familiar das tarefas. Os homens ficavam responsáveis pelos trabalhos ligados à agricultura mercantil e ao trato dos animais de maior porte, ao passo que as mulheres além de ficarem com as tarefas caseiras, labutavam, praticamente, em todos os trabalhos agrícolas. Cabe salientar que as crianças também trabalhavam desde os seis anos, conforme suas forças permitiam. Nisso tudo, havia um grande desequilíbrio entre os trabalhos de homens e mulheres, sobrecarregando as últimas (MAESTRI, 2005, p. 109-110).

Diante disso, O Rio Grande do Sul se constituiu como uma região geopoliticamente estratégica. O que se buscava era a defesa do território, branqueamento da sociedade, e contrabalançar o poder da elite proprietária regional (PICCOLO, 2006, p. 21-22), já que, caracteriza-se por ser uma zona fronteira geradora de preocupações por parte do governo português, que busca a proteção de pontos estratégicos da costa. Assim, abandonando a terra natal, partia-se para a América para fugir da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório, do alto aluguel da terra, do serviço militar (MAESTRI, 2005, p. 103-104).

Inseridas dentro da lógica da colonização, as mulheres tiveram importantes papéis sociais, fossem elas: imigrantes que junto de seus maridos trabalharam na “roça”; domésticas que cuidaram dos filhos e da casa; as escravas que trabalharam para seus amos; as parteiras que não tiveram hora para o trabalho; as prostitutas e cafetinas do mundo urbano, ou até mesmo as ricas donzelas. As representações sociais dessas mulheres, possibilitaram construir narrativas históricas por meio da literatura, a qual realizando um diálogo interdisciplinar entre as duas áreas do conhecimento: História e Literatura, concedem o aporte para investigar o papel das mulheres na sociedade sulista do Rio Grande do Sul.

O presente trabalho tratou de analisar a relação história e literatura sul-rio-grandense. Dessa forma, a pesquisa teve como recorte regional, o Rio Grande do Sul do século XIX, por meio de uma narrativa literária. O objetivo principal foi ao delimitar o autor Josué Guimarães, a obra *A Ferro e Fogo I* (1972), analisar as representações sociais da mulher a partir de personagens femininos na referida obra. A questão norteadora gira em torno de entender: de que forma a literatura sul rio-grandense, especificamente, a obra ficcional *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, construiu as representações sociais femininas do século XIX ou do tempo em que foi escrita e publicada na década de 1970.

A fonte principal para o desenvolvimento do estudo foi a referida obra e suas possibilidades de interpretações e relações históricas. Inicialmente pode-se informar que essa importante obra literária narra a trajetória de imigrantes alemães em território sul rio-grandense.

Trazendo para a narrativa ficcional desse período, os principais protagonistas são integrantes da família Schneider, destinada à Real Feitoria do Linha Cânhamo no Faxinal da Courita, hoje, São Leopoldo. O autor, ao narrar os acontecimentos da colonização alemã no século XIX, desde a instalação em terras sulinas, aos enganos e privações a que os imigrantes ficaram sujeitos, vivenciando também a Guerra Cisplatina (1825-1828), escolheu como representação da ficção, a família Schneider, contemplada por Catarina Schneider, Daniel Abraão e seus quatro filhos, respectivamente: Philipp, Carlota, Mateus e João Jorge. Intercalando com a citada família, a narrativa sobre a representação do período também é composta pela família de Gründling, o aliciador de colonos, formada por sua esposa Sophia Spannenberger e os dois filhos do casal, Jorge Antônio e Albino, situados em Porto Alegre-RS.

No que tange a metodologia, o trabalho é de abordagem qualitativa e interdisciplinar. Para atingir o objetivo geral e específicos foram considerados: o contexto histórico do autor e da obra e as representações sociais do papel da mulher a partir da análise dos personagens femininos. Assim, os passos da pesquisa se concentraram em:

- 1) Revisão bibliográfica sobre História, Literatura e Gênero, História e literatura do Rio Grande do Sul, abarcando os estudos sobre representações sociais do feminino, tanto na história como na literatura.
- 2) A pesquisa se apoiou na modalidade de análise de discurso e conteúdo, buscando a sua construção por intermédio das seguintes categorias: estrutura familiar, representação da mulher, conservadorismo e submissão feminina.

A análise de discurso é utilizável para estudar as formas de fala e textos, seja quando é apresentado como material de entrevistas ou textos escritos de todo tipo. No entanto, é importante esclarecer que não existe etapas e procedimentos específicos para analisar textos,

mas sim, algumas opções orientativas que são capazes de fornecer compreensões acerca do objeto estudado. Para Rosalind Grill (2008):

Os analistas de discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito- aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos, culturais aos quais os textos se referem (GRILL, 2008, p. 255).

Além dos apontamentos apresentados acima, como a atenção para com os silêncios e os contextos sociais a que se inserem os discursos, Grill (2008) ressalta a essencialidade em pensar a análise em duas frentes. A primeira se refere a procurar um padrão nos dados levantados, o que resultará em mostrar formas, se houver, nas diferenças ou consistência entre as narrações. Em segundo lugar, cabe ao analista, realizar o levantamento de hipóteses sobre as narrações observadas, o que exigirá rigor a fim de produzir um sentido para os textos, mesmo quando inseridos em confusões fragmentadas e contraditórias.

Desse modo, em concordância com a explanação anterior, leva-se em consideração para a discussão, a noção de que a documentação literária exige um diálogo com uma escala, um sistema de referências, uma história literária, que já classificou, hierarquizou as escritas, as obras e os autores. História que, geralmente, realizou tais operações deixando lacunas, dilacerando os significados, deslocando e subvertendo as significações, cabendo a um novo olhar sobre estes criar novas imagens e inverter outras (GINZBURG, 2002, p. 115).

Respalhada no pressuposto afirmado por Ginzburg (2002), tomou-se como principal justificativa para optar por essa temática, o fato de que a maioria dos trabalhos realizados acerca dessa obra são originários da área da Letras e Literatura. Assim, percebeu-se uma lacuna ante o olhar histórico sobre a temática. Além de apresentar grande viabilidade no que concerne a possibilidade de pesquisa, com o fácil acesso à obra, existe à disposição muitos materiais para compor a exploração do estudo.

Em síntese, o presente trabalho está estruturado na seguinte forma: num primeiro momento a discussão teórica sobre História Cultural e o conceito de representação social, concomitante a um aprofundamento sobre as questões referentes à interdisciplinaridade entre História, Literatura e gênero. Em sequência serão abordados aspectos referentes a biografia e carreira literária do autor, bem como situar o leitor no contexto de produção no qual o autor está inserido. Por fim, no terceiro capítulo, será abordado o contexto histórico no qual as personagens analisadas estão postas, para posteriormente seguir com as análises das

representações sociais femininas da obra, a partir das categorias selecionadas para tal. Esse último capítulo, guiará a pesquisa rumo às considerações finais.

# 1. HISTÓRIA, LITERATURA E GÊNERO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E INTERDISCIPLINARIEDADE

## 1.1 História Cultural e o conceito de representação

Por meio dos estudos de José D'Assunção Barros (2013), afirma-se que uma característica crescente da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma- de maneira cada vez mais explícita e autorreferenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de subespecialidades e atravessado por muitas e muitas tendências (BARROS, 2013). Seguindo as palavras do autor, hoje se fala de muitos tipos de “história”, ao contrário da historiografia profissional do início do século XIX, em que os historiadores tinham uma ideia bem mais homogênea do seu ofício. Já contemporaneamente abriu-se um leque de possibilidades. Se pode ser um historiador da cultura, um historiador econômico, um historiador das mentalidades, um especialista em História da Mulher, um medievalista ibérico ou um especialista nos estudos da Antiguidade Clássica.

Barros complementa que, derivado dessa fragmentação da História, existem problemas que afetam a prática historiográfica de nossos dias, a exemplificar, (o diagnóstico econômico pode não dar conta de um problema das mentalidades e o “sangramento social” que produz uma revolução política poder ter como causa *mater* uma questão religiosa). Nesse sentido, salienta que isolado no seu próprio mundo, o historiador deve enfrentar os riscos de sua hiperespecialização ao mesmo tempo em que recebe estímulos sociais e institucionais para aprofundá-la cada vez mais (BARROS, 2013, p. 13).

Nesse sentido, segundo Barros (2013, p. 55) a História Cultural, torna-se mais precisa e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do século, e é particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento, por vezes antagônicas. A noção de “cultura”, abrange estudos diversos como a “cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as “práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados por esta noção polissêmica do conceito.

Desse modo, inseridos nesse espaço de abrangência da História Cultural, são identificados como composição deste universo as noções de “linguagem” (ou comunicação),

“representações” e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as “práticas discursivas” como as “práticas não-discursivas”) (BARROS, 2013, p. 59).

Nesse contexto, o conceito de representação é essencial para a compreensão das mais diversas interpretações de mundo que a História Cultural terá a função de realizar. O conceito de representação, nas palavras de Sandra Pesavento (2006, p. 49), diz respeito a presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento. A partir dessa simples explicação do conceito, pode-se imaginar o grau de complexidade que está incutido para se explicar uma definição sobre tal. “No início do século XX, os etnólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim chamavam a atenção para a construção de um mundo de sinais, que se colocava no lugar da realidade” entre os povos primitivos que o estudavam” (PESAVENTO, 2006, p. 49).

Convergindo com Sandra Pesavento, Makowiecky (2003, p. 3), faz o uso da citação de Ginzburg (2001), o qual argumenta que, “nas ciências humanas, fala-se, há muito tempo, de “representação”, algo que se deve à ambiguidade do termo. Por um lado, a “representação” se faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001 apud MAKOWIECKY, 2003, p. 3). Essa presença daquilo que está ausente é proporcionada pela “representação do resultado de uma determinada prática”, nas palavras de Chartier (1990, p. 108 apud MAKOWIECKY, 2003, p. 4).

Nesse sentido, Makowiecky (2003, p. 4), continua utilizando as palavras de Chartier (1990, p. 108), onde defende que a literatura por exemplo, é representação porque é o produto de uma prática simbólica que se transforma em outras representações. O mesmo serve para as artes plásticas, que é representação porque é o produto de uma prática simbólica. Portanto, um fato nunca é somente o fato. A representação é uma referência e temos de tomar conhecimento sobre ela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário, é, em si mesmo, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.

Pesavento complementa que, o referencial das representações sobre o mundo é sempre o real. Assim, o imaginário - este sistema de ideias e imagens do coletivo que os homens constroem através da história para dar significado às coisas - é sempre um outro real e não o seu contrário. A exemplificar:

O mundo, tal como o vemos, apropriamo-nos e transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento. Esse é o nosso

“verdadeiro” mundo, mundo pelo qual vivemos, lutamos e morremos. O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima, existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, sobre o não tangível nem visível, mas que passa a existir e ter força de real para aqueles que o vivenciam (PESAVENTO, 2006, p. 50).

Sintetizando-se os pontos de vista apresentados pelos autores, nota-se que a presença da literatura como uma fonte a ser utilizada pela historiografia corresponde a uma das formas possíveis de estudar a representação de uma dada realidade histórica. Por fim, complementa Chartier (2002, p. 23), que:

A noção de representação pode ser construída a partir de acepções antigas. Ela é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo.

Mantendo-se a lógica de argumentação explanada anteriormente, as narrativas sendo históricas, literárias ou outras, constroem uma representação acerca da realidade. Desse modo, é preciso procurar-se compreender a produção e a recepção dos textos, entendendo que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. As práticas da leitura, assim, têm por objetivo identificar, para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler, as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais, e que colocam no centro da sua interrogação os processos, pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação (CHARTIER, 2002, p. 121).

A partir desses pressupostos, ao produzir a elaboração do conhecimento histórico, faz-se necessário considerar uma tríade composta pela escrita, texto e leitura. No que se refere à instância da escrita ou produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, seu enfrentamento ou resistência a ele (PESAVENTO, 2004, p. 69-70).

Complementa Chartier (2002, p. 123), que existe dentro da prática da leitura uma tensão central. Afirma que por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos

singulares e, principalmente de significações nada redutíveis às intenções dos autores de textos ou fazedores de livros. Porém, por outro, “o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sempre sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada” (CHARTIER, 2002, p. 123).

Referente ao trabalho com a literatura, conforme salienta Roger Chartier, deve-se ter presente “a oposição entre realidade e representação, sendo assim, encarada como primordial, para distinguir tipos de história e, ao mesmo tempo, discriminar tipos de textos” (CHARTIER, 2002, p. 62-63). À essa lógica, contemplada ainda pelo mesmo autor, os textos documentais submetidos a um longo estudo conseguem revelar o que era a realidade antiga, diferentemente dos textos literários que não podem ser considerados testemunhos da realidade, mas sim, estatutos de uma ficção. Portanto, cada situação de escrita construída a partir de modelos discursivos e delimitações intelectuais próprias, trazem o resultante da relação do texto com o real. Em síntese, é importante ressaltar no que interage com a explanação acima:

O que leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas atender à sua especificidade enquanto texto, situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como a elaboração formal, têm em vista produzir mais que mera descrição (CHARTIER, 2002, p. 63).

Desta forma, todo tipo de texto possui uma linguagem específica, no qual foi produzido, própria de um segmento particular de produção, e esta ocorre considerando dadas regras peculiares ao meio intelectual de onde emerge, ao veículo em que será veiculada e ao público a que se destina. Concomitante a isso, e de igualável relevância, no âmbito da pesquisa histórica por meio da Literatura, contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas (BARROS, 2013, p. 137-8) a serem testadas e da necessidade de examinar os casos particulares.

Borges (2010, 107-108), contextualiza que:

A literatura, seja ela expressa nos gêneros crônica, conto ou romance, apresenta-se como uma configuração poética do real, que também agrega o

imaginado, impondo-se como uma categoria de fonte especial para a história cultural de uma sociedade (BORGES, 2010, 107-108).

Desse modo, é necessária investigação para perceber as especificidades e rever leituras consagradas e consolidadas, visto que formam camadas sedimentares de cultura sobre um tema, autor e obra, não raro, marcadas por lacunas, distorções, subversões e reducionismos.

## **1.2 História, literatura e gênero**

Ao se pensar nas formas de fontes utilizadas pelos historiadores nos dias de hoje, constata-se que seus leques de possibilidades de pesquisa foram sendo constantemente alargados. Desse modo, pode-se aplicar a essa concepção que, a literatura faz parte do repertório das fontes históricas a serem investigadas. No entanto, isso nem sempre foi possível, pois desde a segunda metade do século XIX, quando a História se tornou disciplina acadêmica, na tentativa de conquistar seu espaço como ciência, “numa época de enorme avanço e prestígio das ciências naturais” (FERREIRA, 2015, p. 63), o que era válido para seu estudo, pressupondo “assegurar a autenticidade documental para reconstituir objetivamente o passado” (FERREIRA, 2015, p. 63), eram somente as fontes escritas, de preferência oficiais, que ganharam o status de documentos verdadeiros. Conforme salienta Antonio Celso Ferreira (2015, p. 63), nesse momento, “os textos literários, assim como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para atestar a verdade histórica”.

Nesse sentido, para que os leques de possibilidades de pesquisas fossem ampliados, como afirmado no início dessa explanação, é preciso compreender que esse processo está inserido no movimento de renovação historiográfica no século XX, tendo iniciado na França e refletindo-se por vários países, e também para o Brasil. Outrossim, para que esse movimento fosse possível, historiadores ligados à “revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e March Bloch” (FERREIRA, 2015, p. 63), foram de encontro à História metódica (política e factual) que se construía até então, colocando na pauta da discussão uma História-problema. Essa história problema, buscava privilegiar os processos de uma sociedade, sejam eles sociais, econômicos e posteriormente culturais/mentais.

Contudo, essa nova maneira de se escrever a História, proporcionou uma interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, ampliando, portanto, os enfoques da pesquisa histórica. Concomitante à História das Mentalidades, a qual inicialmente abriu seu espaço para a investigação literária, faz-se imprescindível compreender a década de 1970 como fator catalizador para a abrangência de

novos problemas, objetos e abordagens, impulsionada pela nova geração de historiadores franceses. Ao encontro disso, afirma-se:

Ao proporem a dilatação do território temático do historiador- que passou a abranger objetos tais como o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros, os novos historiadores também estimularam a pesquisa de novos documentos- escritos, sonoros, visuais (FERREIRA, 2015, p. 64).

Em linhas gerais, explanou-se como ocorreu as mudanças de focos com relação à pesquisa historiográfica ao longo do século XX, incluindo seus olhares também à utilização da literatura como fonte, fator de interesse neste trabalho. Sobretudo, faz-se imprescindível incorporar às explicações já dispostas, o significado do que é literatura. Para Antônio Candido (apud, FERREIRA, 2015, p. 67):

Ela é uma construção de objetos autônomos com estrutura e significado; ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é uma forma de conhecimentos, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

Conseqüentemente, a literatura classifica-se como uma forma de expressão, conforme indicado acima, principalmente por que cada criação literária foi realizada em um determinado espaço e tempo. Carrega em si as marcas do escritor, contendo seu olhar acerca do mundo; da sociedade em que este viveu; daquilo que se dirigia contra ou a favor. O texto literário manifesta-se junto as emoções, as vivências sociais ou os delírios emanados do próprio escritor. Logo, toda a ficção produzida não tem como escapar da realidade, e por isso, permanece enraizada, pois quem o desfrutar irá perceber as marcas que foram deixadas.

Na direção de contribuir para a compreensão do que se concebe como literatura, a pesquisa história tem caminhado para esse viés, mostrando-a como foi “particularizada em relação a outras expressões orais ou escritas, transmitida, lida, compartilhada ou apropriada pelos diferentes grupos sociais nas diversas épocas e sociedades” (FERREIRA, 2015, p. 68). Relativo à pesquisa histórica com fontes literárias, é fundamental esclarecer, a não existência por parte da historiografia de uma metodologia, acompanhada de conceitos e teorias para realizar esse tipo de investigação. Portanto, empregar-se-á, uma das vertentes aplicadas com frequência na análise desses escritos, a citar:

Busca analisar como são criadas nos textos as representações sociais, nacionais, regionais, morais, ideológicas, científicas, religiosas, sexuais ou de gênero e etnia; as visões da cidade e do campo, da natureza e da técnica, do passado e da modernidade, das lutas sociais, do mundo profissional, da riqueza e da miséria, do trabalho e do lazer, da norma e do desvio; as manifestações do imaginário histórico coletivo e da subjetividade de homens e mulheres. Essa linha requer, necessariamente, a interpretação da forma e do conteúdo das obras, ou seja, exige que sua análise interna seja articulada aos contextos históricos e sociais (FERREIRA, 2015, p. 83).

Em suma, para completar o que foi mencionado, para além das diversas metodologias que podem ser utilizadas para a análise de fontes literárias, tendo-se a garantia de que estas não são estanques propiciando mais liberdade ao pesquisador, o autor procura deixar claro, afirmando que “seja lá qual for o assunto escolhido pelo historiador, a interpretação dos textos literários exige algo além do método: um modo especial de sensibilidade, que só é possível alcançar quem gosta de ler esse tipo de escritos” (FERREIRA, 2015, p. 83).

Para além da discussão realizada sobre as mudanças historiográficas ao longo do século XX, se faz necessário abarcar ainda, alguns apontamentos acerca dos estudos de gênero, fator de interesse primordial nessa pesquisa. Dessa maneira, a expansão dos estudos de gênero na história localiza-se no quadro de transformações, já citadas anteriormente, onde uma crise nos paradigmas tradicionais, respaldou num revigoramento historiográfico. Essas transformações ocorridas, conforme discorre Zinani (2006), foram encontradas em níveis sociais, econômicos e políticos, os quais provocaram rupturas nos processos até então vigentes na civilização ocidental como um todo, porém, foram majoritariamente sentidas na América Latina, visto que, os últimos tempos foram marcados por uma multiplicidade de experimentos, tais como: as ditaduras, tentativas liberais, experiências populistas, movimentos populares, ensaios modernizantes e etc. Toda essa movimentação acarretou em reflexos na produção literária do continente.

Os estudos de gênero emergem nos anos 1970, dentro da produção historiográfica, mas não só, com o objetivo de reintegrar às mulheres à história, colocando-as como sujeitos dotados de suas próprias histórias. Assim, as temáticas mais pesquisadas no período foram com relação ao trabalho feminino. Na década de 1980, as pesquisas evoluíram como contribuição para as lutas femininas, colocando-as como indivíduos ativos no processo histórico e não meramente confinadas ao espaço do lar. Por fim, na década de 1990, os estudos passaram por um momento de diversificação, abarcando questões como violência e imaginário feminino, fazendo-se o uso da música, literatura, imprensa, cinema e mídia (MATOS, 1998, p. 67-68-69).

No que tange à metodologia utilizada para os estudos de gênero, caracteriza-se como um campo abrangente, com muitas dificuldades e também imprecisões. Matos (1998, p. 71), aponta o caminho para pesquisadores que não buscam um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade, pois estudar gênero é lidar com controvérsias e ambiguidades. Um dos grandes desafios levantados pela autora, dentro da pesquisa, é o de mostrar como os gêneros fazem parte da história de maneira mais analítica do que descritiva, “relacionando-os com os acontecimentos conjunturais, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que propicia a reinvenção da totalidade histórica dentro do limite do objeto pesquisado” (MATOS, 1998, p. 71). Ainda, para além dessas dificuldades, destaca-se uma outra, a da própria conceituação “gênero”. Mesmo que nesse trabalho se valerse-á dos gêneros feminino e masculino, cabe mencionar, em poucas palavras, sua definição.

Conforme explicam Candace West e Don Zimmerman (1987, p. 140), ele “não é alguma coisa que se tem ou parte do que alguém é, mas algo que a pessoa faz ou constrói ao interagir com outros por meio da repetição de atos que constituem, então, a masculinidade ou feminilidade” (apud, PINHEIRO, 2014, p. 102).

Desse modo, gênero é uma realização constante que resulta de ações produzidas repetidamente, ações essas que podem ser influenciadas pelos discursos circulantes nos mais variados meios e esferas da sociedade no sentido daquilo que é considerado como definidor, por exemplo, de uma mulher mais (ou menos) “mulher” (PINHEIRO, 2014, p. 102). Nessa lógica, constata-se que a categoria gênero, fora algo construído histórico e socialmente, fator definidor do que se entende por ser mulher ou ser homem nos dias de hoje, caracterizando-se e delimitando-se papéis, funções, ações e posições próprias para cada gênero, instituindo-os como corretos e estanques.

## 2. JOSUÉ MARQUES GUIMARÃES: ASPECTOS BIOGRÁFICOS E TRAJETÓRIA LITERÁRIA

### 2.1 Josué Guimarães: aspectos biográficos e sua importância

Josué Marques Guimarães, nascido em São Jerônimo, município localizado no sul do Rio Grande do Sul, no dia 07 de janeiro de 1921, era o penúltimo de nove irmãos, filho de José Guimarães, telegrafista de profissão e pastor leigo da Igreja Episcopal Brasileira e de Georgina Marques Guimarães, dona de casa. Durante sua primeira infância, mudou-se com sua família para a cidade de Rosário do Sul, permanecendo ali até 1930. Neste mesmo ano, mudam-se para Porto Alegre e Josué passa a estudar no Grupo Escolar Paula Soares.

O ano de 1934, marca seu início no curso secundário do Ginásio Cruzeiro do Sul, no qual, funda o Grêmio Literário Humberto de Campos. Sua participação nesse, destaca-se com a produção de artigos e com a criação de peças teatrais, colocadas em prática nos finais de anos. Após formar-se no Ginásio, em 1938, faz o pré-médico, porém percebeu que não gostava da profissão, desistindo do curso (RIO GRANDE DO SUL, 1988). Em 1939, mudou-se para o Rio de Janeiro, iniciando a carreira no jornalismo, realizando as funções de redator da *Ilustração Brasileira* e desenhista de *O Malho*. A partir do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Guimarães retorna a Porto Alegre, empregando-se na radioteatro da *Rádio Farroupilha*.

Com somente dezenove anos, casou-se com Zilda Marques, do qual nasceram quatro filhos: Marília, Elaine, Jaime e Sônia. Pelo motivo da guerra, alistou-se como pracinha da Força Expedicionária Brasileira, sendo recusado por ser casado. Em 1942, lança em Porto Alegre a revista de rádio *Ondas Sonoras* e dois anos depois tem início suas atividades no *Diário de Notícias*, exercendo as funções de repórter, secretário de redação, diretor, colunista, comentarista, cronista, editorialista, ilustrador, diagramador, analista político e correspondente internacional. No *Diário de Notícias* possui uma coluna “de alfinetadas políticas”, assinada com o pseudônimo de “D. Xicote”.

Josué Guimarães participou em janeiro de 1945, do I Congresso Brasileiro de Escritores, com a presença de intelectuais e escritores de expressão no cenário gaúcho, a citar Dyonélio Machado, LilaRipoll, Gilda Marinho e Moisés Velinho, além de outros escritores de reconhecimento nacional como Sérgio Buarque de Holanda, Mario de Andrade, Érico Veríssimo, Oswald de Andrade e Graciliano Ramos. Os anos de 1946 e 1947, marcaram a integração e envolvimento de Josué Guimarães nos quadros políticos do Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB), mantendo relações de proximidade com Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, e posteriormente com João Goulart e Leonel Brizola (MOURA, 2011).

Em 1948 deixou o *Diário de Notícias*, tornando-se repórter exclusivo e correspondente da revista *O Cruzeiro* no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Também, colaborador da *Revista Quixote*, em 1949 assume posição de destaque com a crônica “*Sangue em Pó de Arroz*”. Lança no mesmo ano, o jornal *D. Xicote*.

Em 1951, elegeu-se como vereador em Porto Alegre, pelo PTB, ocupando, na oportunidade a vice-presidência da Câmara. Um ano depois, foi convidado para participar da primeira delegação de jornalistas brasileiros que visitariam a China Continental e a União Soviética. Atuou nesse período como correspondente especial da *Última Hora* do Rio de Janeiro (RIO GRANDE DO SUL, 1988; MOURA, 2011). Como resultado da viagem, escreveu o livro “*As muralhas de Jericó*”. Ao longo do ano de 1954, assina a coluna “*Um dia depois do outro*” no *Jornal Última Hora*, do Rio de Janeiro. Também, lança uma coluna política no jornal *Folha da Tarde*, com o pseudônimo de D. Camilo. Fundou então sua própria agência em 1960, porém foi dissolvida quando assume a Agência Nacional sob o governo de João Goulart.

Com o advento da deposição do presidente João Goulart, em 1964, Guimarães refugia-se em Santos, São Paulo, passando a viver na clandestinidade sob o nome de Samuel Ortiz. Nesse quadro de acontecimentos, o autor trabalhou em dezesseis publicações diferentes e posteriormente abre uma livraria. Quando é descoberto em 1969 pelos órgãos de segurança, respondeu a inquérito em liberdade e retorna a Porto Alegre. Em 1970, marcou o início de sua produção literária com a publicação de *Os ladrões*, que posteriormente se compôs de 24 obras, entre, romances, novelas, coletânea de artigos e de contos, literatura infantil, somando a participações em antologias.

Com o pseudônimo de Philleas Fog, em 1971, mantinha a coluna *A Volta ao Mundo*, no jornal *Zero Hora*, caracterizando-se pelas entrevistas imaginárias, de marcante conteúdo crítico com personagens internacionais. 1972, destaca-se com a publicação do primeiro romance: *A ferro e fogo - Tempo de Solidão*. A obra foi a primeira de uma trilogia, a qual apresenta a colonização alemã no Rio Grande do Sul. Ainda em 1974, foi enviado a Portugal como correspondente da Empresa Jornalística Caldas Júnior, para cobrir a Revolução dos Cravos, permanecendo lá até 1976. Escreveu em Portugal, o segundo volume de *A ferro e fogo- Tempo de guerra e Os tambores silenciosos* (agraciado com o 1º Prêmio Érico Veríssimo da Editora Globo) (MOURA, 2011).

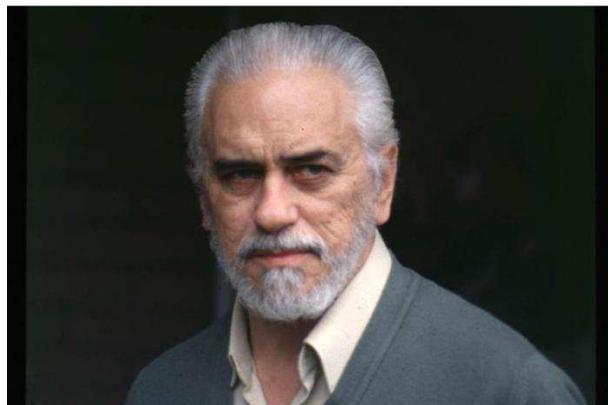
De 1977 a 1978 escreveu e publicou as novelas: *É tarde para saber* e *Enquanto a noite não chega*, além do romance *Dona Anja*. Publicou em 1978 uma segunda coletânea de contos

intitulada *Cavalo cego*. Já, em 1980, lançou o romance *Camilo Mortágua*, um dos seus grandes sucessos de venda (RIO GRANDE DO SUL, 1988; MOURA, 2011).

Ao obter o divórcio de seu primeiro casamento, em 1981, Guimarães casa-se com Nídia Moojen Machado. Deste casamento, nasceram Rodrigo e Adriana. Nídia, foi a responsável por estimular Guimarães a inscrever-se no II Concurso Nacional de Contos do Paraná, na época considerado o mais importante prêmio literário brasileiro, o qual consagrou muitos escritores brasileiros. Josué foi premiado, então, com dois contos: *Mãos sujas de terra* e *O princípio do fim* (FRIZON, 2013).

Josué Marques Guimarães, apresentado nas figuras 1 e 2, faleceu no dia 23 de março de 1986, em Porto Alegre, aos 65 anos. Postumamente foram publicadas a novela *Amor de perdição* (em 1986) e *As muralhas de Jericó* (em 2001).

Figura 1 – Josué Marques Guimarães



Fonte: <https://zh.rbsdirect.com.br/imagesrc/20013567.jpg?w=700>

Figura 2 - Josué Marques Guimarães escrevendo



Fonte: <http://aljog.upf.br/images/stories/a-fase-de-escrever-2.jpg>

## 2.2 A importância da obra do autor

De acordo com Zilberman (1992, p. 110;111;112), as narrativas de cunho regionalista no passado sul-rio-grandense, são caracterizadas, num primeiro momento, como referentes à Guerra dos Farrapos. No entanto, tendo início na década de 1930, dispõe-se um outro tipo de temática: a da colonização, a qual substitui a anterior, intensificando-se com o passar do tempo. Nesse sentido, como explicação para mudança de tal foco nas narrativas, vem a calhar, em decorrência da interpretação que a história é fornecedora, ao lembrar que o Rio Grande do Sul possui algumas peculiaridades já que foi uma das poucas áreas brasileiras ocupadas por grupos de imigrantes, como açorianos, alemães, italianos e judeus.

No contexto de produções literárias acerca da temática da colonização, os alemães ganham logo a atenção dos romancistas, a citar Vianna Moog, com sua obra *Um rio imita o Reno* (1939), e Érico Veríssimo, com *O tempo e o vento* (1949). Entre as décadas de 1950 e 1960, esse viés temático não suscitou produções, porém, dentre outros escritores, Josué Guimarães, em 1970, foi o responsável por fazer reviver o tema. Com sua obra *A ferro e fogo* (1972-1975- trilogia inacabada), Guimarães inaugurou uma nova forma de narrar a colonização, a partir dos sofrimentos, das dificuldades e da luta, encontrados nos primeiros tempos da vinda dos colonos para o Brasil, concomitante aos preconceitos, esquecimentos e isolamentos a que foram renegados. *A ferro e fogo I* (Tempo de Solidão) e *A ferro e fogo II* (Tempo de Guerra), somado ao último volume (Tempo de Angústia- abordaria a história dos Muckers<sup>1</sup>), o qual já esquematizado pelo autor, não pode ser concluído, representam para além de sua obra prima, a composição de romances históricos clássicos da literatura brasileira.

Além de ser associado como um escritor que trabalhou com a temática da colonização, Josué insere-se em outros dois campos de abordagem. O primeiro campo é o de eventos históricos com orientação política, tendo ênfase a novela *Camilo Mortágua* (1980), aliado aos reflexos políticos. A respeito desse último, Alfredo Bosi (2006), compreende que a perspectiva sobre a ficção dos anos 1970 e 1990 no Brasil, é estabelecida por meio do contexto político de 1964, em que produz um sentido de divisor de águas, pois inclui uma forma de denúncia do próprio reflexo do contexto, caracterizado pela opressão, exílio e censura, permitindo a produção de uma escrita engajada. Assim, obteve-se desdobramentos que atingiram em grande proporção as formas de conduta individual e modos de expressão entre as gerações que sofreram

---

<sup>1</sup> Muckers, denominação de um grupo de fanáticos religiosos que viveu em São Leopoldo, numa localidade denominada Ferrabraz. Eles foram protagonistas de uma revolta que ocorreu a partir de 1868 (KUNZ; WEBER, 2012).

seu impacto. Dentro da lógica do autor, está presente Josué Guimarães com sua obra *Os tambores silenciosos* (1977), mas também Érico Verissimo com *Incidente em Antares* (1971) e Moacyr Scliar com o *Mês de cães danados* (1977).

Exemplificando um pouco sobre o teor político identificado em *Os tambores silenciosos* (1977), Regina Zilberman (1992, p. 128), aponta que as reflexões sobre a política brasileira dos anos 1970 estavam presentes na obra, através da apropriação de eventos históricos verídicos com figuras reais da década de 1930, mas, com o intuito de alicerces para avaliar a situação contemporânea em que se vivia no contexto de sua produção. Dentro dessa lógica, convergindo com a explanação acima, Ferreira (2017, p. 43) salienta na análise de sua dissertação intitulada *Episódio (os) de um sujeito: análise do discurso político de Josué Guimarães*, que “quando se lê algum texto de Josué Guimarães, é impossível não perceber a sua preocupação com as questões político-sociais da época em que viveu”.

Pensando nas afirmações anteriormente citadas, tem-se suas confirmações no que se refere as preocupações político-sociais de Josué Guimarães, quando, em suas palavras relatou:

Como a maioria dos escritores hispano-americanos, sinto inclinação para um determinado tipo de realismo mágico. Se observarmos o quadro político da América Latina, descobre-se o motivo disso. Quase nunca se pode dizer pão-pão, queijo-queijo. Fala-se, então, em borboletas, pássaros, gaiolas, labirintos, muros. A verdade é que preciso escrever (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 7).

A partir de sua afirmação, é possível perceber claramente o teor político dado pelo autor às suas produções, já que os contextos das mesmas estavam inseridos em momentos políticos difíceis na América Latina. No caso do Brasil, país que é de interesse, o regime militar se inicia em 31 de março de 1964 e termina em 1985. Nas palavras de Boris Fausto (1990, p.465), o regime tem início, para: “livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia”. Desse modo, o país começou a ser organizado através de decretos, conhecidos como Atos Institucionais (AI), os quais visavam maior garantia de poderes ao Executivo e menos ao Congresso. As perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas, tiveram seu aval a partir da criação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), pelo próprio AI-1, classificando-se como responsável “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária ” (FAUSTO, 1990, p. 467).

A década de 1960 no Brasil, manteve na política, como presidente do Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco, e nesse período, já se visualizaram as primeiras repressões, a exemplo das Universidades e dos estudantes, os quais foram alvos principais, comprovados

pela invasão dos militares na sede da UNE<sup>2</sup>, no Rio de Janeiro, sendo também incendiada. Além disso, em muitas cidades houve-se prisões de dirigentes sindicais, início de expurgos no plano parlamentar e extinção dos partidos políticos existentes<sup>3</sup>. Sobretudo, o clima de medo fora reforçado através da criação de um importante órgão investigativo, o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>4</sup>.

Posterior ao mandato da presidência de Artur da Costa e Silva (1967-1969), ocorreram no Brasil muitas manifestações, impulsionadas pela violência e principalmente, pela morte de um estudante secundarista, Edson Luís, morto pela Polícia Militar, durante um protesto no Rio de Janeiro. A partir desse evento, uma ampla mobilização conhecida como passeata dos 100 mil, foi realizada no Rio de Janeiro reunindo estudantes, setores de representatividade da Igreja, bem como da classe média do Rio de Janeiro, levantaram a bandeira da luta pela democratização. Além disso, ocorreram duas greves operárias de grande expressividade, a de Contagem em Belo Horizonte e a de Osasco na grande São Paulo. Ambas buscavam aumentos salariais. No entanto, com o acirramento dos ânimos a partir das reações da luta armada<sup>5</sup>, a qual começou suas ações em 1968, o governo brasileiro expandiu cada vez mais a repressão, instituindo o AI-5 a 13 de dezembro de 1968. Sobre o decreto do AI-5, Boris Fausto explana:

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, de perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a ser parte integrante dos métodos do governo (FAUSTO, 1990, p.480).

Ao encontro da explanação de Boris Fausto, a questão das censuras, principalmente de jornais, fora algo complexo, visto que para Beatriz Kushnir (2004) com a decretação do AI-5, muitos proprietários de empresas de jornal criaram alternativas para se adaptarem aos “novos

---

<sup>2</sup> A União Nacional dos Estudantes é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. É importante salientar que, a entidade funciona como um espaço representativo das lutas sociais e bandeiras do movimento estudantil do Brasil. Mais informações podem ser consultadas através do site: [www.une.org.br](http://www.une.org.br)

<sup>3</sup> A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição (FAUSTO, 1990, p. 474).

<sup>4</sup> Segundo Boris Fausto (1990), o SNI, tinha como principal objetivo expresso “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna”.

<sup>5</sup> Grupos de esquerda que tiveram influência pelo exemplo da Revolução Cubana e pelo surgimento de guerrilhas em vários países da América Latina. Esses grupos acreditavam que era somente através da luta armada que o regime militar chegaria ao fim. No Brasil, a organização tradicional de esquerda o PCB, era oposição à luta armada (FAUSTO, 1990, p. 478-479).

tempos”. “Na mesma semana que o regime autoritário endureceu, em vários órgãos de imprensa os jornalistas mais combativos foram demitidos” (KUSHNIR, 2004, p. 225). Dentro das possibilidades de adaptação aos “novos tempos”, resumindo dois capítulos de sua tese de doutorado intitulada: *Cães de Guarda: entre jornalistas e censores*, a autora aponta o caso do jornal *A Folha da Tarde*, que renascendo em 1967 (já teria existido entre 1949-1959), seguia uma linha editorial de oposição ao governo, no entanto, no pós 1968, até 1984, “tornou-se um porta-voz, ao reproduzir informes do governo como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal” (KUSHNIR, 2004, p. 259-260).

A justificativa do próprio jornal em colaborar com a linha policialesca, situava-se em sua alta vendagem. Porém, a autora chega à conclusão de que os jornalistas foram colaboradores do poder vigente, autocensurando-se, ao passo que venderam à sociedade uma imagem errônea do que realmente ocorria. Dessa maneira, em breves palavras, pode-se compreender as manifestações na escrita proliferadas por Josué Guimarães, pois foram alusões do período obscuro em que viveu a sociedade brasileira por 21 anos. Seu “realismo mágico”, assim como preferiu, não passavam de escapes inteligentes para relatar aquilo que se sofria. Era preciso, portanto, não se restringir ao silenciamento, mas saber quando e onde falar, ainda que os riscos fossem muitos, já que, também havia sido membro do PTB e trabalhou para a Agência Nacional no governo de João Goulart, especificado anteriormente.

Já, quanto às influências que Josué Guimarães teve ao longo de sua caminhada literária, é importante salientar suas concepções em relação a mesma. Seguindo as palavras de Guimarães, considerava que não tivera maiores influências de autores gaúchos. Porém, ao citar alguns, lembrou-se de “Graciliano Ramos, Machado de Assis e o próprio Jorge Amado, pela temática popular” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 6). Além desses, considerou também grandes nomes oriundos do romance francês, da contemporaneidade norte-americana e outros latino-americanos do mesmo século que ele. Érico Veríssimo o teria influenciado “pela maneira profissional que encarava seu trabalho e pela impressionante retidão de seu caráter” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 6). Depois de Érico Veríssimo, Josué Guimarães, é sem dúvida, o escritor mais importante da história recente do Rio Grande do Sul e um dos mais influentes e importantes do país (A FERRO E FOGO I, 1972, p. 227).

Contudo, se faz necessário citar ainda, a maneira de se escrever do autor, bem como, de que forma este concebia suas produções. De acordo com Guimarães, escrever era uma maneira de o fazer sentir prazer, entretanto, essa prática o causava, também, muito sofrimento, pois costumava “entrar na pele dos meus personagens, mesmo quando se trata de mulheres” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 5). Caracterizando sua forma de construir as histórias, nota-se seu

modo peculiar de escrever, visto que, afirmava construí-las apenas na cabeça, sem anotações, deixando que as coisas se sedimentassem na memória, possibilitando realizar a criação do nome do romance, algo considerado pelo autor como de grande relevância, antes e começar a escrita. Nessa lógica, Guimarães, apesar de manter seus livros com temáticas regionais, não se considera como um escritor regional, pois seus temas “giram em torno do homem, seus conflitos e contradições” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 7), portanto, esclarece que “minha linguagem não é gaúcha, esforço-me até para que não seja” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 7).

Em síntese, cabe ressaltar o apontamento feito por Frizon (2013) em sua dissertação de mestrado intitulada: *O conto de Josué Guimarães para leitores em formação* (2013), a qual destaca a importância tecida por Josué Guimarães ao longo de sua trajetória intelectual:

A história de vida e as ações de Josué Guimarães, seja na qualidade de jornalista, seja como escritor literário, contribuiu na formação intelectual de muitos de seus leitores. É notório que J.G, através das letras, pela palavra escrita, apresentou sua visão sobre a sociedade a qual fazia parte. No decorrer dos anos, é possível perceber, por sua trajetória como escritor em ambas as facetas, que ele muito lutou para que a situação social do nosso país fosse transformada através da literatura (FRIZON, 2013, p. 38).

A partir dessa afirmação, pode-se dizer que Guimarães, sempre foi um profissional preocupado com as questões políticas e sociais que o permeavam, e por isso, desde sua carreira jornalística até se tornar um escritor, aos 49 anos de idade, reconhecido nacional e internacionalmente, investiu por meio das palavras em expressar seu modo de ver o mundo na tentativa de despertar uma consciência crítica que favorecesse as pessoas a refletirem sobre a própria realidade. Diante disso, depreende-se que Josué não se preocupava somente em escrever, mas formar leitores sem quaisquer distinções.

### 3. OS PERSONAGENS FEMININOS NA OBRA A FERRO E FOGO I

Escrita no ano de 1972, a obra *A ferro e fogo I- tempo de solidão*, foi o primeiro romance publicado pelo autor. A obra, insere-se no contexto histórico da imigração e colonização no Rio Grande do Sul, especificamente a alemã, a qual teria sido iniciada nessa região a partir de 1824, sofrendo diminuições sensíveis após 1930<sup>6</sup>.

#### 3.1 O contexto da colonização alemã no Rio Grande do Sul

A obra *A ferro e fogo I- tempo de solidão* traz à tona questões que procuram refletir o sofrimento e a constante luta desempenhada pelos imigrantes ao chegarem aos seus destinos, submetidos à espera de que “o governo cumprisse com o que lhes fora prometido na Alemanha: uma colônia de terras de papel passado, alguma ferramenta, sementes e animais domésticos” (*A ferro I*, 2006, p. 7). Portanto, a família escolhida para representar os dissabores da vida dos imigrantes chegados ao Brasil, respalda-se na família Schneider, composta pela esposa Catarina, o marido Daniel Abraão e seus quatro filhos, respectivamente Philipp, Carlota, Mateus e João Jorge, os quais são destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxina da Courita, hoje São Leopoldo.

Desse modo, para que melhor se compreenda a obra ficcional a ser analisada, é importante apresentar a narrativa de Josué Guimarães, onde se elucida seu amor pela história do Rio Grande do Sul:

Se examinarmos a história do Rio Grande, vamos notar que é uma história de uma riqueza excepcional para qualquer criação literária. É uma história que qualquer romancista adoraria. História de grandes amores, de grandes lutas, de grandes violências. História de uma gente que teve por missão marcar fronteiras. Isto é muito importante para a criação de um espírito nacional, brasileiro, de uma interpretação histórica, sociológica. Vivemos anos aqui, lutando para saber onde era a fronteira do Brasil- era em Santa Catarina, depois passou para o Rio da Prata. Com a Cisplatina começamos a definir essas fronteiras. E tudo isso com grandes histórias (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 8).

---

<sup>6</sup>Para saber mais sobre o processo de colonização no Rio Grande do Sul após 1850, consultar a obra: SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000, p. 273-313.

No contexto dessa história pela qual o autor era apaixonado, situava-se em termos reais uma política de colonização, iniciada por todo o Brasil já em 1808, pelo príncipe regente D. João. Desde esse período, estendendo-se para a Independência (1822), o governo tinha a necessidade de criar uma classe média na estrutura social brasileira, formada pela aristocracia escravista, de um lado, e pelos sem posses, de outro. Essa nova classe, deveria ser capaz de desenvolver a policultura para o abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha (CUNHA, 2006, p. 280). Além disso, outro aspecto que motivou o começo da colonização alemã foi, a necessidade de soldados que defendessem a independência brasileira (CUNHA, 2006, p. 281).

Nessa lógica, segundo Giralda Seyferth (2000), como primeira experiência de colonização, foi a introdução de casais açorianos, na segunda metade do século XVIII, nos espaços do Rio Grande do Sul e também Santa Catarina. No entanto, os casais açorianos recrutados, não haviam sido suficientes para o povoamento, fazendo com que se cogitasse no investimento de casais alemães ou italianos. Contudo, os primeiros imigrantes alemães chegados ao Brasil foram estabelecidos em uma colônia no sul da Bahia em 1818, a chamada “colônia Leopoldina”, a qual seria a primeira colônia alemã. Porém, mesmo com outras duas tentativas no mesmo lugar, o empreendimento não teve o resultado esperado. A autora cita também, a presença de alemães na colônia de Nova Friburgo (1819), no Rio de Janeiro, composta inicialmente por suíços, mas que por inúmeros problemas de adaptações foram retirados, colocando-se alemães para preencher o vazio da colônia.

Por esse ângulo de explicações, salienta a autora que as colônias do Nordeste e de Nova Friburgo são pouco citadas pela literatura e, portanto, reconhece-se como a inauguração da colonização alemã no Brasil, visto que se considera um empreendimento bem-sucedido, “o assentamento de imigrantes, aliciados nos estados alemães pelo major J.A. Schaeffer, na Imperial Feitoria do Linho Cânhamo, em 1824, no Rio Grande do Sul. Cinco anos depois, em 1829, a fundação das colônias de São Pedro de Alcântara, Mafra (Santa Catarina) e Rio Negro (Paraná) encerram a primeira fase da imigração alemã” (SEYFERTH, 2000, p. 276-277).

Desse modo, os alemães iniciaram um processo de ocupação de terras de floresta desprezadas pelos criadores de gado, tendo como ponto de partida o Vale do Rio dos Sinos, próximo a Porto Alegre. Esse período inicial de colonização (antes de 1850), embora tenha sido caracterizado pela concessão da terra com lotes de até 75 hectares, recebidos gratuitamente, contou com desgaste físico constante, na derrubada da mata para que os lotes se tornassem cultiváveis, somado a precariedade das estradas e meios de transportes, além das epidemias (de tifo, varíola, malária, febre amarela) e pelas enchentes, e principalmente pela infraestrutura

precária como a assistência médica e escolar (SEYFERTH, 2000). Para além das dificuldades, encontrava-se ainda, uma vasta produção, baseada na “policultura e criação de animais (aves, suínos, gado leiteiro), associadas com a produção de derivados da banha, queijo, manteiga, charutos, compotas de frutas etc” (SEYFERTH, 2000, p. 289). Além disso, os colonos articulavam-se com casas comerciais, as chamadas “vendas”, existentes em sedes coloniais e cidades mais próximas (SEYFERTH, 2000, p. 289).

Josué Guimarães, ao descrever como escrevia suas histórias, dizia: “fazer árvore genealógica, levantamento de época através de coleções de jornais, busco relacionar nomes para cada um” (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 5). Sua explanação, é refletida, principalmente, na criação de um dos personagens da obra estudada em questão, o aventureiro internacional, major Jorge Antônio Schaeffer. Esse personagem, na ficção é responsável por “embarcar soldados regulares da Alemanha para o Rio Grande, que D. Pedro I queria homens de exército, hábeis no manejo das armas e com preparo militar para enfrentar qualquer guerra. Além de soldados mandaria de lá casais agricultores e que todos viriam para aquele pedaço de terra onde estava acororado Daniel Abrahão Lauer Schneider” (*A ferro I*, 2006, p. 12). Nesse sentido, trazendo para a pesquisa histórica, Seyferth (2000, p. 277), aponta que Schaeffer era:

Um médico-naturalista e, depois, major do exército imperial, tornou-se o principal recrutador de soldados alemães para formar os batalhões estrangeiros que participaram das lutas de Independência. Depois, como encarregado de negócios do governo brasileiro junto às cidades hanseáticas, agenciou imigrantes para São Leopoldo e as demais colônias do Sul. A referência de Schaeffer é importante porque aponta para o procedimento seguindo pelo governo imperial para trazer imigrantes: contratos com agenciadores, que não hesitaram em oferecer vantagens não previstas nos programas de colonização.

O major Schaeffer, também trabalhou duro, segundo as instruções que recebera, na busca do reconhecimento da Independência (1822) do Brasil, visitando governos alemães. Concomitante a isso, desenvolveu em Hamburgo (1824-1826) e Bremen (1826-1828), 21 expedições, com cerca de 4.500 imigrantes, entre esses, soldados e colonos (CUNHA, 2006, p. 281).

Para além dos sofrimentos da sobrevivência e dos problemas com as promessas da Corte, os imigrantes alemães da ficção, atormentaram-se com a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Nesse sentido, os interesses pela região platina<sup>7</sup> são originários desde os séculos XVI e

---

<sup>7</sup> Espaço de navegação compartilhado entre quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, durante o século XIX. Caso haja a curiosidade em estudar questões de região e fronteira, consultar a bibliografia de GOLIN, Tau. **A Fronteira:** governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

XVII, por parte de Portugal e Espanha ao disputarem o “domínio político e econômico da região” (PEREIRA, 2007, p. 9). Contudo, explica Pereira (2012) que, com a concessão da província Cisplatina em 31 de julho de 1821, ainda no período joanino, garantia-se a sua incorporação ao Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves.

Desse modo, salienta a autora acima, que o conflito se iniciou a partir do não reconhecimento por parte de Buenos Aires, na incorporação da Banda Oriental ao espaço brasileiro, requisitando ao Brasil, a devolução do território às Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825. Além de estar envolvido na delicada questão do tráfico<sup>8</sup>, a Guerra da Cisplatina, na visão de Luiz Roberto Lopez (1987), fora uma guerra muito mal conduzida e desorganizada, o que gerou a derrota dos objetivos imperiais, resultando na formação do Estado-tampão do Uruguai, entre Brasil e Argentina.

Nessa perspectiva, a grande interventora da guerra foi a Grã-Bretanha, a qual propôs uma Convenção de Paz em 1828. Assim, justifica (PEREIRA, 2007, p. 10), que a pacificação da região “garantiu a livre navegação do Rio da Prata”, fato importante, pois o estuário do rio, era de “suma importância para o desenvolvimento de trocas comerciais de diversos países na região meridional do Brasil e em locais adjacentes” (PEREIRA, 2007, p. 10), concomitante ao contrabando feito por mar e por terra, interligando rotas entre o Atlântico e o Pacífico e diversas regiões da América espanhola e portuguesa.

Portanto, ao “atingir a independência-concedida”, nas palavras de Golin (2002, p. 95), esta apresentou-se de fato, como a solução para as discórdias semeadas entre o Brasil e a Argentina, possibilitando a criação de um novo país em detrimento de ser uma parte anexa do Brasil e nem mesmo pertencente as Províncias Unidas- a Argentina.

---

Passo Fundo: L&PM, v.1, 2002. Especificamente a parte introdutória do livro, intitulada: “A fronteira como centralidade entre a região e a nação”. Também, para o aprofundamento sobre a Cisplatina, consultar a já citada obra.

<sup>8</sup> A questão sobre a supressão do tráfico no Brasil começa a arrastar-se já em 1826, quando D. Pedro I firmou com os ingleses o compromisso da abolição. No entanto, como a burguesia inglesa estava dividida a respeito do assunto, passou a pressionar pouco no início, fazendo com que o acordo não fosse posto em prática. Em 1833, as Antilhas Britânicas aboliram a escravidão, proporcionando um fator a mais na questão da concorrência da produção de artigos tropicais em áreas escravistas. A partir daí, mais precisamente em 1840, a Inglaterra, quem tanto havia lucrado com o tráfico em períodos anteriores, havia se tornado um elemento internacional de pressão antiescravista. Mantendo essa lógica, o acordo de supressão do tráfico, aceito por D. Pedro I, acabou prejudicando-o politicamente, já que a aristocracia agrária se recusava em aceitar a medida (LOPEZ, 1987, p. 44).

### 3.2. As características dos personagens femininos

A distribuição dos personagens femininos no quadro 1, foram organizados a partir da ordem de importância que as mesmas possuem na obra. Desse modo, o quadro inicia-se com as personagens que mais aparecem e finaliza com as que o autor menos se deteve.

Quadro 1 – Personagens femininos e suas principais características

PERSONAGENS FEMININOS	CARACTERÍSTICAS
CATARINA SCHNEIDER	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma alemã de cara redonda e forte, testa franzina e intrigada. Mãe de 4 filhos, era uma mulher trabalhadora, doméstica, cozinheira, mãe dedicada, mas também mulher de negócios.</li> <li>• Condição social: de origem humilde, imigrante.</li> </ul>
SOPHIA SPANNEMBERGER	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menina de no máximo dezesseis anos. O cabelo de um amarelo leitoso, terminando em 2 tranças esfiapadas, pele desmaiada, dois grandes olhos azuis espantados, seios miúdos que desapareciam sob o vestido de lã que mais parecia um trapo.</li> <li>• Condição social: De origem humilde, após casar-se com Cronhardt Gründling, torna-se uma mulher rica.</li> <li>• Mãe de dois filhos</li> </ul>
IZABELA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma paraguaia dona de um salão de prostituição em Porto Alegre.</li> <li>• Grande amiga de Gründling.</li> </ul>
MARIANA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escrava doméstica da casa de Sofia e Gründling.</li> </ul>
CEJI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indiazinha que mora na fazenda Medanos-Chico, fazenda de José Mariano.</li> <li>• Esposa de Juanito.</li> </ul>
FRAU HORTÊNSIA LINCK	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Velha parteira das famílias endinheiradas (p 123);</li> </ul>
FRAU GERDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Da família Werb (em São Leopoldo).</li> <li>• Dona da casa que o médico Hillebrand leva Sofia para comer (manda que a velha- Frau Gerda preparasse algo para a menina comer).</li> </ul>
FRAU APOLINÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parteira (p.196)</li> </ul>
JOANA LUIZA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulher de Zimmermann- “vestido de morim estampado, gola alta de renda, borzeguins de cadarço, cabelos repuxados para trás, terminando num grande coque espanhol preso por uma travessa de osso. Sem largar o braço do marido, não levantava os olhos do chão” (p.191).</li> </ul>
ANA MARGARIDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Cara quadrada, queixo saliente, grandes mãos calosas, os pés comprimidos em sapatos de presilhas” (p.191)</li> </ul>
A MULHERZINHA DE TOBZ	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “cabelo cor de fogo, vestido preto enrodilhado no pescoço como uma coleira” (p.191)</li> </ul>
DONA ALMERINDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esposa do subinspetor José de Almeida Braga- pele de pergaminho, cara lavada, nariz adunco” (p.191)</li> </ul>

Fonte: Próprio autor, 2019

### 3.3 Representação social de tais personagens: literatura e mulher no século XIX

A obra *A ferro e fogo I- tempo de solidão*, possui uma narrativa dividida em três momentos, as quais intercalam-se entre si. Ora volta-se para a vida da família Schneider, a família dos imigrantes alemães; ora narra-se a família de Gründling e Sofia Spannenberger. Além desses, também aborda questões referentes às insurreições e indignações dos colonos para com o Império. Desse modo, a partir da metodologia de discurso analisou-se algumas categorias, já expostas, no que tange as representações femininas no século XIX, concomitante à maneira com que foram concebidas pelo escritor.

Dentre os personagens principais da narrativa, estão presentes: Catarina Schneider, a imigrante alemã; Daniel Abraão Schneider, imigrante alemão, marido de Catarina; Gründling, um aliciador de imigrantes muito rico, habitante de Porto Alegre-RS; Sophia Spannenberger, menina que se torna ao longo da história, a esposa de Gründling. Sofia fora largada em São Leopoldo por um homem que mal conseguiu-se ver, e resgatada por um médico da cidade, Dr. Hillebrand. Como personagens secundários que mais são retratados, cita-se: Izabela, grande amiga de Gründling, dona de uma casa de prostituição em Porto Alegre; Jorge Antônio Schaeffer, major do exército imperial e recrutador de soldados alemães; Mariana, a escrava doméstica de Gründling; e por fim, Juanito, um índio, oferecido por Gründling à família Schneider como empregado. Ainda como personagens que aparecem pouco e até mesmo uma única vez, e situam-se dentro das delimitações de análise desse trabalho, estão Ceji, esposa do índio Juanito, Frau Hortênsia Linck (parteira) Frau Apolinária (parteira), Frau Gerda (proprietária de uma casa que recebe Sofia no início do livro), Joana Luiza; Ana Margarida, Dona Almerinda e a “mulherzinha” de Tobz. As quatro últimas mulheres, são esposas de amigos de Gründling, as quais aparecem uma única vez na obra, no momento de um jantar.

Saídos da Alemanha e destinados à feitoria do Linho Canhâmo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo, a família Schneider espera as promessas que foram dadas pela Corte. Por meio do não cumprimento dessas, Catarina e Daniel recebem uma proposta de Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, um corrupto aliciador de colonos, junto às cortes, o qual ofertou um “plano de negócios, ideia de ganhar muito dinheiro” (*A ferro e fogo I*, p. 12). Dizia Gründling que ele e seu amigo o major Schaeffer precisavam de “um posteiro de confiança para receber mercadoria desembarcada da Banda Oriental” (*A ferro e fogo I*, p. 12).

Assim, depois de feita a proposta, Daniel a recusa, enfatizando o temor e os obstáculos pelo lugar desconhecido. No entanto, por não suportar mais à espera das promessas da Corte, Catarina é quem toma a decisão de aceitar a proposta de Gründling e no mesmo momento, ela

diz: “pode mandar preparar o prometido, Herr Gründling. Nós vamos” (*A ferro e fogo I*, p. 15). Mudando-se para uma nova localidade, o livro descreve que são terras para os lados do Arroio Chuí, entre a Lagoa Mirim e a Lagoa Mangueira, Gründling fornece para a família:

Duas carroças com juntas de bois, dou mais quatro juntas de troca, vinte cavalos, que esses animais aqui do Rio Grande são muito fracos e morrem quando menos se espera. Quatro escravos solteiros e mais dois casais, negros escolhidos a dedo, e ainda abro mão desse índio Juanito, descendente de guaicurus, que além de servir bem conhece o terreno a palmo desse São Leopoldo até a antiga colônia do Sacramento. Ele sabe onde os rios dão vau, vigia as feras de noite e dá recado numa distância de mais de cinco léguas bem contadas, num dia (*A ferro e fogo I*, p.13).

Grávida de Carlota, a segunda filha do casal, Catarina aceita a proposta do aliciador de colonos, pois pensa que nada poderá ser pior do que a situação em que se encontram. Nesse sentido, a primeira impressão de uma mulher decidida e forte, a qual sustentará mais adiante a base da estrutura familiar, é expressa nesse momento pelo autor.

Os sofrimentos pelos quais a família passa na ficção, são, em boa parte, vivenciados nessa nova localidade para onde mudam-se, nomeada como estância de Jerebatuba, antiga propriedade de um francês que tria sido enforcado em uma figueira, ainda presente. Assim, ali a família inicia as construções de suas casas, erguem os galpões e começam o plantio para seu sustento. Há pouco tempo instalados nas terras, começam a chegar na localidade antigos amigos de Daniel Abraão, como Frederico Harwerther e João Carlos Mayer. Os dois amigos trazem carregamentos de armas em grandes quantidades. No entanto, Daniel e Catarina não haviam sido avisados por Gründling que as mercadorias levadas para suas terras seriam armas. Havia entrado em um negócio que mal conheciam. Os perigos com relação as mercadorias logo se iniciaram com a chegada dos castelhanos o que fez Catarina tomar mais uma decisão importante para salvar a pele do marido: escondê-lo dentro de um poço de água.

Os castelhanos descobriram as armas e questionavam Catarina e o índio Juanito, sobre suas procedências, se pertenciam as forças brasileiras, pois como vimos anteriormente, a trama se passa a partir desse momento, durante a Guerra da Cisplatina. Os oficiais espalharam uma grande desordem pela casa, roubaram, comeram e ainda levaram algumas armas e munições das caixas nos galpões. Para além das arruaças que cometeram, Catarina foi violentada por um soldado enquanto buscava água no poço. A representação da personagem como uma mulher forte, persistente e corajosa, a qual é capaz de tudo suportar para defender sua família, é sinalizada em:

Ao tentar defender-se soltou a corda e ouviu o baque surdo do balde cheio lá embaixo. E se tivesse atingido a cabeça de Daniel Abraão? Teria gritado se a enorme boca, úmida e grossa, não a estivesse sufocando; gritar terminaria por atrair para ali os escravos e o magote de soldados também. Seriam massacrados, inclusive as crianças. Seu vestido foi rasgado, grunhia apenas, que Daniel Abraão poderia ouvir lá de baixo, talvez gritasse, eles descobririam o marido e o dependurariam naquele galho da figueira. Estava sendo atacada por um animal, seu corpete foi arrancado com violência, aquela boca asquerosa babando seu pescoço, os seios, mordendo os ombros com fúria. Dobrou os joelhos, a cabeça rodando, agora só a dor nas costas nuas de encontro ao areião grosso do chão [...] (*A ferro e fogo I*, p. 35)

O medo e o nojo do estuprador, não deixaram que a protagonista se abalasse, muito pelo contrário, teria a deixado mais forte. A partir daquele acontecimento, ela teria lançado as bases do seu ódio contra Gründling, e também o impulso para seguir sua vida, onde destaca:

Soqueou em pensamento a figura imaginária, cortou-lhe o rosto com as unhas, como faria um gato ou tigre, arrancou-lhe os olhos, viu as suas órbitas vazias. Um ódio que nunca sentira em toda sua vida e que jamais imaginara pudesse ter. Pensou em Deus e pediu a Ele que a ajudasse a alimentar aquele ódio, dali para frente ele passaria a ser a razão de sua vida (*A ferro e fogo I*, p.36).

Logo após o primeiro estupro, Catarina fora violentada mais uma vez. A violação significou para ela, assim como a proposta da vinda para essa nova terra, um estupro realizado por Gründling. Posterior a esses primeiros acontecimentos, a protagonista passa a assumir, mais ainda, as funções de protetora da família, doméstica, mãe e pai, juntamente com os trabalhos externos da “roça”. Daniel Abraão ficara dentro do poço por quatro meses, e nesse período, enfurnado como um bicho, alimentando-se, dormindo e fazendo suas necessidades ali mesmo. Como já dito, Catarina assumindo todas as responsabilidades possíveis, fica conhecida como uma mulher “de faca na bota” (*A ferro e fogo I*, p. 156). Observa-se, portanto, que o autor não a reconhece como exercendo funções femininas, isto é, seu trabalho é trabalho de homem, e, portanto, não é reconhecido dentro de sua condição feminina. Nessa perspectiva, Catarina assume uma posição que não é, historicamente, o lugar de uma mulher, exacerbando os valores de uma sociedade conservadora, tanto a do século XIX, quando do período em que foi escrito, 1972.

### 3.4 Catarina Klumpp Schneider: uma mulher de coragem

Chegado ao fim da Guerra da Cisplatina, após todo o sofrimento que a família Schneider passou: Catarina cuidando de tudo e Daniel entocado há quatro meses dentro de um poço, “acostumara-se à escuridão. Ela era a mãe dos seus devaneios. A luz do dia feria os seus olhos congestionados e sensíveis, mesmo ao cair da tarde, quando não havia mais sol no céu [...]” (*A ferro e fogo I*, p. 89). Daniel Abraão, tendo passado tanto tempo dentro do poço, alimentando-se, fazendo as necessidades biológicas e dormindo, havia contrariado um medo absurdo de morrer, não se permitindo ficar fora do poço. Seus dias reservavam-se a ler passagens da Bíblia e a dizer à mulher que havia chego o tempo do Apocalipse. Daniel, ficara cada vez mais endoidado, não se importava com os filhos e nem com a mulher.

Catarina ficou sabendo que a guerra havia terminado, por meio de um soldado chamado Valentim Oesterich. Com ele, a mulher desabafou, lhe exprimindo o quanto não se sentia mais em casa. Aquelas terras não eram mais suas. Queria vender tudo e mudar-se para outro lugar. Catarina, então, fez uma proposta para Oesterich:

Trataria de limpar o nome de Daniel Abraão junto às autoridades, que o deixassem em paz, que o largassem de mão, que esquecessem o seu nome, as mentiras, as infâmias, como qualquer um, ele teria o direito de viver em paz, de viver como um homem. Em troca, lhe daria por arrendamento todas aquelas terras, as casas, os semoventes, hortas e pomares, arrendamento de pouco dinheiro e de poucas obrigações, apenas quanto desse (*A ferro e fogo I*, p. 99).

A partir do acordo com Oesterich, a família Schneider iria retomar à São Leopoldo, morariam na casa que o mesmo residira, até então. Ao chegarem na casa, Catarina diz ao marido: “A casa é pequena” (*A ferro e fogo I*, p. 118). Logo ele lhe responde: “Fomos logrados por aquele vagabundo” (*A ferro e fogo I*, p. 118). Catarina, lhe diz que Oesterich nunca havia prometido uma casa grande, mas que tudo poderia ser construído a partir dali. Daniel, mostra descontentamento e salienta que precisam de dinheiro para tal. Numa posição de domínio da situação e já acostumada por ter de “segurar as rédeas”, Catarina exprime: “Deixa isso comigo” (*A ferro e fogo I*, p. 119).

Organizando a nova morada, Catarina percebe que o Daniel com quem havia se casado, não era mais o mesmo. Desse modo, ela teria que se virar para poder dar maior comodidade para sua família. Encontrando Isais Noll, um velho conhecido do povoado, Catarina faz uma proposta de entrar como sócia em seu negócio de fabricar carroças “os Schneider entrariam com o material e com os galpões” (*A ferro e fogo I*, p. 121). Daniel trabalharia também, pois entendia

da coisa. Carregando consigo Juanito, a personagem “iniciou seus primeiros contatos com seus amigos nas colônias ao pé da serra. Queria comprar sua produção para vendê-la em Porto Alegre e Rio Grande” (*A ferro e fogo I*, p. 121). Em seus primeiros diálogos de negócios, Catarina descobre que a maioria das pessoas vendem suas produções para Gründling, o qual possui um empório. No entanto, ela busca lhe confrontar, pois não pensava em ficar para trás:

Dessas viagens, Catarina regressava quase sempre noite fechada, muitas vezes tendo de descobrir caminhos, perdendo-se nos atalhos, mas chegando em casa com novas perspectivas de negócios, novas esperanças. Mandou construir outro galpão, desta vez mais bem-acabado: queria instalar nele o novo empório da praça São Leopoldo (*A ferro e fogo I*, p. 122).

Ao criar uma personagem que representa a força da mulher sulina mediante a tantas dificuldades, Josué Guimarães nos apresenta através de Catarina, como o contexto histórico do século XIX concebia os trabalhos das primeiras imigrantes alemães que aqui chegaram. Para Del priori (2004, p. 241), no início da colonização no Rio Grande do Sul, havia um grande desequilíbrio entre os sexos, fazendo com que as mulheres tivessem de participar de atividades agrícolas. Esse modo de trabalho, no entanto, extrapolava os limites que eram definidos para o seu sexo. Algum tempo depois, essa maneira de gerir os trabalhos começou a ser criticada, atribuindo às mulheres, a exclusividade dos trabalhos domésticos, de mãe e dona de casa, e questionando sua participação em outros setores.

A personagem Catarina, durante toda a narrativa, lidera outras funções para além da casa, por duas motivações aparentes: a primeira porque sendo dona de uma personalidade forte, ela não permite se submeter às ordens de ninguém, nem mesmo de seu marido, que deveria ser tradicionalmente a regra; a segunda, porque Daniel Abraão nunca foi de se arriscar com propostas e depois impossibilitou-se pelo tempo em que passou no poço de pensar nas questões familiares. Del priori (2004), afirma que as delimitações de papéis de homens e de mulheres, só foram claramente definidos quando os colonos acumularam mais riquezas. No caso de Catarina, isso não foi definido, nem quando as condições de vida melhoraram.

#### 3.4.1 *Espingarda carregada: Gründling à vista*

A parte da narrativa ficcional de Josué Guimarães, onde se manifesta mais uma vez o conservadorismo e a submissão da mulher, como valores de um homem sulista no século XIX., é apresentada quando Gründling retorna da viagem que fez ao Rio de Janeiro a pedido do major Jorge Antônio Schaeffer. Como os negócios do empório de Gründling não estavam indo bem,

seus amigos lhe visitam e contam-lhe que a concorrência aumentou. Então Kalsing, o amigo, ressalta:

De uns tempos para cá, por exemplo, apareceu em São Leopoldo uma mulher que está entrando no negócio sem meias medidas. Paga um pouco mais, conta com muitos amigos nas colônias e vende bem em Porto Alegre (*A ferro e fogo I*, p. 156).

O personagem Gründling, de modo petulante e com ar de menosprezo, diz: “Então os meus valentes homens estão se deixando enrolar por uma mulher! Parece mentira. E que mulher é essa?” (*A ferro e fogo I*, p.156). Seus amigos lhe respondem que o nome da mulher é Catarina, e Gründling apresentando tom de inferioridade, bem como representando o pensamento de um homem conservador que não concebe os negócios como um ofício reservado às mulheres, exprime: “Ainda não entendi por que uma mulher” (*A ferro e fogo I*, p. 156). Sem conformação com o que estava acontecendo, o personagem confessou que irá para São Leopoldo encontrar-se com Catarina.

Levando em consideração todo ódio que Catarina sentia de Herr Gründling, por constatar que ele era a razão dos malefícios ocorridos consigo e com sua família, a reação de Catarina não poderia ser paciente. Quando o índio Juanito voltava do médico com uma receita de remédio para que Catarina desse para sua esposa Ceji, a qual estava muito doente e ficara sob os cuidados da personagem, avistou Gründling e foi correndo avisar Catarina. Ao escutar o índio, a personagem “Apanhou uma velha espingarda sempre carregada e novamente se postou na porta. Gründling estava, agora, a menos de trinta metros. Um pouco atrás, um desconhecido” (*A ferro e fogo I*, p. 158). Catarina estava disposta a atirar, se Gründling desse um passo, ela atiraria.

No entanto, o personagem, não admitia que uma mulher lhe colocasse para correr, e insistindo em sua valentia nunca censurada, sem ouvir o médico da cidade que lhe avisava que ela estava disposta a atirar, Gründling diz: “Doutor, não vou fugir feito um cachorro, como um poltrão, justamente de uma mulher” (*A ferro e fogo I*, p. 159). Sem alternativas cabíveis, o personagem decide escutar o doutor que lhe explica: “Acredite: se o senhor desse mais um passo hoje, a estas horas seria um homem morto. Frau Catarina é o homem da casa, Daniel Abrahão ficou doente da cabeça” (*A ferro e fogo I*, p. 160).

Inadmissível era naquele contexto histórico um homem acatar decisões e mandos de qualquer que fosse a mulher. Não se havia uma valoração de coragem ou imposição, como estereótipos do feminino, mas ao contrário, fragilidade, desbrío e submissão às ordens

masculinas da casa, a começar pelo pai, depois pelo marido e ainda pelos filhos homens. A passagem desse episódio em que deixa evidente a humilhação nunca sofrida por Gründling, na construção de toda a obra, é revelada no trecho:

Gründling se reviu na rua poeirenta, calçado pela espingarda de Catarina, o povaréu assistindo de longe à humilhação, ele sem avançar, estacando quando ela ordenava, a mulher aos gritos. Se tivesse continuado a caminhada ela não teria coragem de atirar para matar. Então ele chegaria aonde Catarina estava, tomaria a espingarda e a quebraria nos joelhos, como um pedaço de pau. Voltaria hoje para casa e poderia olhar Sofia e o filho cara a cara, sem nada do que se envergonhar (*A ferro e fogo I*, p. 161).

Aponta-se também uma desconstrução dos estereótipos já discutidos acima, sobre o que seria, de fato, a regra dos comportamentos femininos. Mas, contrariamente a esses preceitos, a personagem Catarina é a rebelde da história. Ela nos mostrou no decorrer do livro, como uma mulher pode ir conquistando um espaço que tradicionalmente é reservado aos homens, bem como, uma mulher pode ser respeitada por outros homens, assim como qualquer homem da época, e que se assim não o fizerem, é necessário desbravar-se a si mesma e se impor, neste caso, com espingarda em mãos. Submeter-se a uma figura feminina, significava vergonha e, principalmente derrotada, era algo distante do universo masculino.

### **3.6 Sofia Spannenberger: uma donzela trancafiada**

Seguindo para a outra extremidade da narrativa, é em Sofia Spannenberger que se tornará ao longo da história, a esposa de Gründling, personagem em que o autor expressa situações de conservadorismo e dominação masculina diante da figura feminina, colocando-a sobre as amarras do marido, não conseguindo se impor como um sujeito ativo, com vontades e desejos para além daquilo que o marido concebe como sendo o melhor para ela. Sua primeira aparição no romance, é expressa quando “fora largada na Rua do Passo, no centro de São Leopoldo, por alguém que pouca gente vira. Uma testemunha afirmava que o homem tinha cara de índio ou de castelhano” (*A ferro e fogo I*, p. 65). Assim, sob os cuidados do médico Hillebrand, e hospedada na casa de Frau Gerda, a qual aparece somente nesse momento da narrativa, a história do passado de Sofia fora relatada pelo médico à Gründling, e este, impressionado com a tristeza do médico, resolveu levar a menina junto de si para Porto Alegre e responsabilizar-se pela mesma.

Desse modo, quando da mudança para Porto Alegre, a escrava de Gründling, Mariana, resolve levar a menina para passear pela cidade, apresentando-lhe a igreja do Rosário, possibilitando que Sofia se familiarizasse com o novo ambiente a que fora relegada. Durante o passeio, as pessoas observavam a menina e cochichavam: “um escândalo. Uma menina que ainda podia brincar com bonecas. Ia agora ali feito mulher, o escarlate da sobrinha elegante tingindo as suas faces de um rosado vivo, os graciosos sapatos importados, aos poucos se cobrindo de poeira [...]” (*A ferro e fogo I*, p. 83). Chegado o momento do jantar, Sofia relata feliz para Gründling sobre o passeio feito com Mariana. No entanto, a relação do dono da casa após o relato não é das melhores: “como se atreveu a levar a menina naquela suja Igreja do Rosário? Andar por essas ruas imundas de lixo, duas mulheres sozinhas, servindo de pasto aos falatórios dessa gentinha!” (*A ferro e fogo I*, p. 85).

Analisando-se a narrativa a partir do quesito escravidão e também submissão da mulher para com o homem, observa-se que a representação social de uma escrava doméstica, como Mariana, embora em melhores condições de vida, trabalhando dentro da casa dos amos, minimize sofrimentos à exposição do sol e a trabalhos forçados no relento, não justificam que ela possua maiores autonomias, isto é, não consulte seu senhor antes de tomar decisões, como aquela que com boas intenções buscara levar a menina para passear. Além do esbravejar com Mariana, Gründling deixa claro para Sofia:

Não quero mais que você saia sozinha com Mariana. Se tiver que sair, sairá comigo. Esta cidade anda cheia de vagabundos e andarilhos, índios e malfeitores. Espero que esta tenha sido a primeira e a última vez que isto aconteça. Não estou cuidando de você para que sirva de motivo para falatórios e cochichos de porta de botica- levantou-se e passou para uma cadeira de braços, a preferida de Schaeffer quando estivera em Porto Alegre. Coma o doce e venha sentar-se aqui perto. Estou falando para o seu bem (*A ferro e fogo I*, p. 85).

O diálogo acima, representa não só o conservadorismo da sociedade em que estão inseridos, mas traduz sentimentos de posse, obrigatoriedade de submissão perante a autoridade masculina, bem como, ordena a obediência, partindo do pressuposto dos cuidados que estão sendo dispostos à personagem, a qual subentende-se que precisa retribuir, obedecendo, sobretudo, porque o protagonista afirma no final do diálogo estar lhe protegendo para seu bem. Entretanto, situações parecidas como esta, são evidenciadas ao decorrer da narrativa. Se nesta, observa-se minimamente um desejo de que Sofia seja “sua”, ao retornarem de um passeio da Casa da Ópera, no Beco dos Ferreiros, a intensidade é percebida quando os dois personagens

deixam se levar pela atração, momento em que se observa o estereótipo de fragilidade e doçura, relegados/permitidos somente à mulher, e a dominação/conquista, reservado ao homem:

[...] noite de fúrias e de avalanchas, de ais e suspiros, doçuras e crueldades, de posse e de conquista, de macho brutal dominando a frágil presa, a fêmea objeto e arma, dócil e irascível, noite de esgotamento e morte. O temor de que chegasse a madrugada, em cada cantar de galo um aviso. Até o fim de seus dias, quando mergulhava na solidão, a noite de Sofia se entregando vinha à tona, o seu perfume, o cheiro de carne em cio, o gosto de sua boca, os cabelos soltos desenhando arabescos no lençol impecável; sempre nos seus ouvidos a voz de menina-mulher, o desespero da entrega alucinada entre quatro paredes, a sua reafirmação de guerreiro imbatível, o desespero da entrega alucinada entre quatro paredes, a sua reafirmação de guerreiro imbatível, o desprezo pelo raiar do dia, pelo passar das horas, por tudo aquilo que estivesse acontecendo no mundo. [...] (*A ferro e fogo I*, p. 97).

Posterior a proximidade das relações entre os personagens, Gründling toma a decisão de casar-se com Sofia, almejando constituir família. Após o casamento, Sofia fica grávida duas vezes e com isso, aumentam-se os afazeres domésticos e a dedicação de grande parte do tempo para o cuidado com as crianças. A escrava Mariana, cozinhava e preparava os doces, outras duas mucamas zelavam pela limpeza do chão, dos móveis e também das roupas. Dentro do imenso casarão, a menina-mulher não tinha grandes preocupações, pois obtinha ajuda de todos os lados. Porém, se a interiorização dentro do casarão já era exacerbada com as proibições de sair às ruas sozinha ou acompanhada das escravas, Sofia nunca via o sol na parte externa da casa, somente perto das imensas janelas de vidro. Evidenciando o desejo de sair, fala para o marido: “Sinto-me tão branca, tão sem cor. Um pouco de sol...” (*A ferro e fogo I*, p. 183). De imediato, sem deixar a esposa terminar de falar, Gründling impõe-se:

Não. Tua pele não foi feita para o sol- Passando uma das mãos de Sofia no rosto. Seria um crime. Gosto de ti assim como és. Junta as mãos assim, detesto essas peles escuras, pardas, ásperas, o que acontece com tudo que anda ao sol. Vês as minhas mãos? Repara a diferença. Basta já o que existe além da nossa porta: lixo, água estagnada nas valas, negros e mestiços, ciganos, cheiro de graxa, fedor de peixe velho (*A ferro e fogo I*, p. 183).

Novamente, percebe-se como a imposição do marido é a decisão final. O protagonista não permite que Sofia conheça através de si mesma, mas somente pelo que ele lhe traz ou fala. Sofia precisa agradar-lhe. Aquilo que ela não gosta, não é ouvido por ele. O interessante é que, por conseguinte aos diálogos em que ela tenta exteriorizar suas aspirações e é forçada pelo corte abrupto do marido nas falas, a menina-mulher vai se tornando cada vez mais passiva na história, seguindo as determinações do marido. A não concordância da mulher com as decisões do

marido, acaba sendo calada, também pela dependência à Gründling. O autor, consegue abordar desse modo, as características que compõem a estrutura familiar conservadora, padrão da sociedade sulista do Rio Grande do Sul nesse período. Diferentemente daquilo que a família Schneider traça, ou, destorce para um “novo viés” de “comando” familiar, retratado por Catarina, que apesar de mulher, pelo papel que assume, não é reconhecida como digna de tal.

Na página 128, Gründling recebe uma carta do major Schaeffer, o qual estará no Rio de Janeiro dentro de um mês, e deseja que ele vá ao seu encontro. Antes de partir, Gründling tem a certeza de que Sofia está esperando o segundo filho do casal, e conseqüentemente sua certeza se consolida. Quando ele retorna da viagem ao Rio de Janeiro sua esposa dá à luz a Albino. Após o parto, Sofia começa a sentir-se cada vez mais fraca e passa a exigir tomar sol, como se viu anteriormente. Em um desses pedidos pela necessidade de sentir o sol, Gründling responde: “mas espera aí, eu não havia pensado numa coisa. Claro, no fundo sou um tremendo egoísta. É lógico que quando falas em saíres é porque queres ver gente, pessoas, outras senhoras. Como não pensei nisso?” (*A ferro e fogo I*, p. 183). Sofia então o responde: “Não é bem assim” (*A ferro e fogo I*, p. 183) e ele torna a dizer “Claro que é. Sábado daremos uma festa aqui em casa, meus amigos virão com as suas mulheres” (*A ferro e fogo I*, p. 183).

Partindo do pressuposto das narrativas, evidencia-se o não reconhecimento do marido diante das necessidades que são importantíssimas para o bem-estar de qualquer ser humano, nesse caso, mais ainda no que tange ao pós-parto, pegar sol, conhecer pessoas, lugares e compartilhar as vivências, só trazem benefícios para o ser humano. Gründling, demonstra na maior parte das vezes um sentimento de posse, de que Sofia lhe pertence, é sua, portanto, deve ficar dentro de casa, cuidando dos filhos junto das escravas, sem poder sair, pois o que suscita é um medo de perdê-la, ou de que alguém a cobice diante de sua beleza. Com a não permissão para sair, Sofia adocece gradativamente. A escrava Mariana sempre ressaltava para seu amo que a ama deveria pegar mais sol e sair para caminhar. Assim, observando que Gründling não tomava nenhuma providência para que Sofia melhorasse, ela o questiona: “Não iria levar Frau Sofia para ver a nova iluminação na Rua da Praia?” (*A ferro e fogo I*, p. 198). O amo então, dá mais uma de suas respostas sempre insinuando razão, egoísmo e posse sobre a mulher:

[...]uma porcaria de iluminação, por amor de Deus, meia dúzia de lampiões de óleo de baleia, aquelas horrendas armações de ferro-batido, fique sabendo que temos mais luzes dentro desta casa do que toda a maldita Rua da Praia de ponta a ponta. Não, Frau Sofia não precisava ver nenhum vapor chegando, isso não era mais novidade, e se quisesse ver bastaria chegar numa das janelas dos fundos. Com uma vantagem: não sentiria o fedor do cais, pior do que o

fedor das charqueadas. Pois não acho que ela precise de sol, gosto dela assim como ela é (*A ferro e fogo I*, p. 198).

A personagem Sofia, mostrando-se muito pálida e sem forças, desperta no marido o medo de perdê-la. Nesse sentido, ele resolve chamar o médico Hillebrand para examiná-la. Este, assim como a escrava, prescreve um tratamento de fortalecimento e recuperação: “comer em horas certas, deitar cedo, caminhara um pouco, tomar um pouco mais de sol” (*A ferro e fogo I*, p. 201). Visualiza-se que o médico indica a exposição ao sol. Contudo, Gründling, não aceita as prescrições, o que fica evidente quando fala:

O médico não estava certo, que buscasse nos seus conhecimentos outras razões para a doença dela. Não bordaria mais, aquele serviço aplicado de tardes e noites, agulha subindo e descendo, linha tramando, bastidor sempre esticado, daí as dores do corpo (*A ferro e fogo I*, p. 202).

Buscando encontrar justificativas para os sofrimentos de Sofia, e pretendendo não assumir a culpa do adoecimento da mulher, o personagem a proíbe de bordar, tarefa pela qual se constituí única para seu entretenimento. No final da obra, Sofia morre. Adoecida pelas decisões do marido, o qual a fez de objeto, internalizou-a dentro do grande casarão luxuoso dispondo de cristais, tapetes fabulosos, grandes janelas, escravas para servir-lhe, no entanto, a presença de algo tão simples e necessário como o sol, foi lhe negado, constituindo-se como fator importante para sua morte.

### 3.6.1 *O estereótipo do belo: o medo da destruição da beleza*

A personagem Sofia é caracterizada pelo autor Josué Guimarães, como uma menina-mulher dona de uma beleza que causava inveja. Desse modo, por ser assim concebida, seu marido não a deixava sair sozinha e nem acompanhada das escravas, mas somente dele, passeios que foram poucas vezes efetivados no decorrer da obra. Possuindo essa ideia de posse sobre a mulher, Gründling após a cerimônia de seu casamento, com Sofia já grávida do primeiro filho, expressa a preocupação com o estereótipo de beleza da esposa após o nascimento do filho:

Você fica engraçada assim nua, com a barriguinha esticada como um tambor. Como será que a pele é feita? Parece de borracha, a natureza é sábia. Quero ver quando o guri sair daí, se a pele volta a ser o que era. Há mulheres que isso não acontece, elas ficam, depois dos filhos, com a barriga cheia de rugas e pregas (*A ferro e fogo I*, p. 117).

Ao observar atentamente esse fragmento, percebe-se nas entrelinhas uma obrigação/responsabilidade, que foram relegadas às mulheres para que sempre ficassem bonitas, conforme os padrões que determinado contexto histórico e social lhes exigia. Não obstante, aplicando tais compromissos para com as mulheres, percebe-se a existência de uma divisão daquilo que é próprio do homem e próprio da mulher, elucidado no que afirma Mary Del Priori (2014, p. 72), “ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo”. O estereótipo de beleza, refletia-se nos pressupostos que ancoravam a sociedade conservadora do período, colocando a mulher em um patamar de fragilidade e submissão e o homem como dono do sexo dominante.

Para além dos estereótipos evidenciados em Sofia, o autor utiliza-se de outras personagens que aparecem uma única vez na obra. Durante um jantar promovido por Gründling em sua casa, Joana Luiza, a mulher de Zimmermann, amigo do dono da casa, é caracterizada por: “vestido de morim estampado, gola alta de renda, borzeguins de cadarço, cabelos repuxados para trás, terminando num grande coque espanhol preso por uma travessa de osso. Sem largar o braço do marido, não levantava os olhos do chão (*A ferro e fogo I*, p.191). Ana Margarida, a esposa de Schiling, fora salientada por sua “Cara quadrada, queixo saliente, grandes mãos calosas, os pés comprimidos em sapatos de presilhas” (*A ferro e fogo I*, p.191). A mulher de Tobz, “cabelo cor de fogo, vestido preto enrodilhado no pescoço como uma coleira” (*A ferro e fogo I*, p. 191) e por fim, Dona Almerinda, a esposa do subinspetor Braguinha, “pele de pergaminho, cara lavada, nariz adunco” (*A ferro e fogo I*, p. 191).

As características dadas às mulheres, por Josué Guimarães, dizem respeito a importância que a aparência carregava, naquele século XIX, apontada por Mary Del Priori (2014, p. 73), como sendo: “a aparência desejável e sedutora era fundamental”. Nos diálogos apresentados acima, visualiza-se a atenção dada pelo autor no que tange as roupas, calçados, penteados e pés. Isso, fazia parte do chamado jogo de aparências. Segundo, Del Priori (2014, p. 72) “Uma mulher tinha que ter pés minúsculos, seu cabelo tinha de ser longo e abundante, preso a penteados elaboradíssimos”. Desse modo, as narrativas criadas pelo autor são completamente dotadas de sentido, visto que, fazem alusão a elementos históricos de comportamentos de beleza, essenciais para se compreender o contexto em que se encontravam.

Sofia Spannenberger, na condição de esposa de Herr Gründling, enquadra-se no padrão de donzela requintada. Seu marido, lhe enchia de joias, vestidos, chapéus e calçados caríssimos e importados. Aos olhos de um sociólogo pernambucano, mesmo que direcionado sua observação para o Rio de Janeiro, aplica-se no Rio Grande do Sul. O ato de um homem dar presentes em demasia para sua esposa, significava:

[...] ele trata como criança mimada, trazendo-lhe vestidos, joias e enfeites de toda a espécie; mas essa mulher não é por ele associada nem aos seus negócios, nem às suas preocupações, nem aos seus pensamentos. É uma boneca, que ele enfeita eventualmente e que, na realidade, não passa da primeira escrava da casa [...] (DEL PRIORI, 2014, p. 73).

Se comparássemos todas as narrativas do livro com a citação acima, de fato, se concluiria que Sofia era concebida por Gründling como uma boneca. Nela, ele faz uma projeção de um objeto que é seu, e estando sobre seu teto e dele dependendo, não deve ter escolhas próprias, característica do conservadorismo presente. Desse modo, também se enquadra como escrava, mas com menos liberdade que esta, pois a escrava Mariana ainda podia frequentar as feiras e ruas, Sofia não. Joana Luiza, a mulher de Zimmermann fica muito próxima da definição de Sofia: uma mulher mimada, mas “agarrada ao braço do marido, não levantava os olhos do chão”. Em síntese, os comportamentos e desejos censurados, dizem respeito à própria época que pertenciam, os papéis assumidos por mulheres deveriam ser esses, eram a regra geral.

### **3.7 Prostituição: entre o conservadorismo e a rebeldia**

A obra *A ferro e fogo I- tempo de solidão*, como já sinalizado, trabalha com as representações sociais de mulheres, abordando desde a mulher imigrante e a donzela do meio urbano, representada por Sofia, até a parteira e a escrava. Situadas em um determinado contexto histórico que é o Rio Grande do Sul do século XIX, as representações dos cabarés e das prostitutas em Porto Alegre, ganham algumas páginas na narrativa, permitindo mostrar ao leitor a interação e a relevância que esses elementos possuíam no período.

Para representar as dinâmicas sociais, bem como a importância dos cabarés, ressalta-se por meio do personagem Herr Gründling, constante frequentador do cabaré de Izabela, as relações que os homens de negócio, isto é, os endinheirados, mantinham com a prostituição das cidades. A partir da narrativa de Josué Guimarães, constatou-se que os frequentadores desses locais além de homens de grandes posses como Herr Gründling e o major Schaeffer (cliente do cabaré de Izabela quando vinha para Porto Alegre), estavam soldados de alta e média patente, além de inspetores de colonização.

Traduzindo-se não só como um local destinado às múltiplas formas de prazer, no cabaré de dona Izabela, comemoravam-se aniversários, vitórias de guerras, nascimento de filhos e até

mesmo a antecedência ao matrimônio. Mary Del Priori (2014, p. 85), apresenta o estudo do médico Dr. Lassance Cunha, intitulado “A prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro (1845)”, o qual classifica três tipos de meretrizes: as aristocráticas ou de sobrado, as de “sobradinho” ou de rótula, e as da escória. As primeiras, foram classificadas pelo médico como as de instalações bonitas, casas forradas de reposteiros e cortina, espelhos e o indefectível piano, símbolo burguês do negócio. Trazendo essa classificação do médico para próximo do livro que está sendo discutido, enquadra-se a primeira interpretação para o salão de Izabela em Porto Alegre, pois além de possuir frequentadores endinheirados, cita-se a boa música ali presente, comandada pelo cego Jacob tocando seu piano, apreciada pelos clientes.

As mulheres, adotando a prostituição como profissão, eram vistas pelos homens que as procuravam, como sinônimo de erotismo e prazer, sensações que só poderiam ser sentidas com essas mulheres “perdidas”, nas palavras de Del Priori (2014, p.84). A prostituição, desse modo, entendida como uma prática de negociação consciente do próprio corpo por dinheiro ou materialidade, era exercida, no século XIX nos meios urbanos do Brasil, por mulheres imigrantes que chegavam sem trabalho, e encontravam uma fácil oportunidade de conseguir dinheiro, e também por mulatas e mucamas.

No livro *A ferro e fogo I*, Josué Guimarães, caracteriza sucintamente a aliciadora Izabela, a paraguaia dona de seu próprio negócio. As demais prostitutas do salão, são citadas algumas vezes por nomes, mas não possuem características específicas. No jantar de seu casamento, Herr Gründling convida Izabela, e a apresenta ao padre, dizendo: “Izabela Silveira, da família dos Silveiras de Viamão, gente da terra” (*A Ferro e Fogo I*, p. 110). Pode-se dizer, que as prostitutas mesmo que por necessidades de suas profissões, inseriam-se no conservadorismo social, e se submetiam às exigências de seus clientes, porém, de mesmo modo, elas significavam rebeldia, pois não se encaixavam no modelo tradicional da família sulina conservadora; bem como, não dependiam de dinheiro de seus maridos, mas sim, tiravam dinheiro dos homens para sobreviverem. Além disso, a prostituta, mesmo que “associada à sujeira, ao fedor, à doença, ao corpo putrefato, desde os tempos da Colônia, o retrato colaborava para estigmatizar como venal tudo o que a sexualidade feminina tivesse de livre” (DEL PRIORI, 2014, p. 89).

Nesse sentido, a busca de prazer, acabava envolvendo as mulheres do sexo, no mundo dos negócios que estava tradicionalmente ligado aos homens, pois como já dito antes, os cabarés eram procurados por diversos motivos. Assim, encurtando as distâncias entre o que significava o mundo masculino e o feminino, a prostituição, especificamente no salão de Izabela,

significava um rompimento da idealização de mulher frágil, inocente e, principalmente, submissa na sociedade sulina do Rio Grande do Sul, no século XIX.

### 3.8 Uma profissão reservada à mulher: o parto

A obra analisada, como já dito anteriormente, trabalha com as diversas representações do feminino, e dentro dessas, situa-se a profissão das parteiras. Essa profissão, historicamente, fora associada como pertencente ao ambiente doméstico, e por isso, reservada às mulheres.

As mulheres parteiras, eram sujeitos dotadas de responsabilidades, pois além de cuidar do parto, “na maioria das vezes, cuidavam também da saúde da mulher, do pré-natal e puerpério, das doenças femininas, dos aconselhamentos e orientações quanto à fertilidade, assim como dos cuidados com o recém-nascido” (FIGUERÔA; PALHARINI, 2018, p. 1040). Como a presença de médicos para resolver questões relacionadas à maternidade, não se constituíam como comuns:

Desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e ancestrais, resgatavam à saúde (DEL PRIORI, 2011, p. 75).

Em sua narrativa, Josué Guimarães insere às parteiras Frau Apolinária “parteira” (*A ferro e fogo I*, p. 196) e Frau Hortênsia Linck “velha parteira das famílias endinheiradas” (*A ferro e fogo I*, p. 123), essas únicas caracterizações. As duas parteiras aparecem na ficção, respectivamente, quando do nascimento de João Jorge, filho de Catarina e Daniel Abraão, e de Albino, filho de Sofia e Gründling. Entretanto, as duas parteiras, embora inseridas em uma sociedade conservadora, que pretendia submeter a figura feminina às ordens masculinas, situam-se como protagonistas de um papel histórico, que nenhum homem até aquele momento era capaz de fazer ou lhes tirar. Quando as mulheres estavam parindo, não medindo distâncias, as parteiras percorriam o caminho a pé ou a cavalo para que pudessem atender as parturientes, o que fica comprovado no trecho: “A chuva havia passado, disse que não queria a companhia de ninguém, Emanuel que ficasse ali, iria embora sozinha, isso fazia parte da sua profissão, estava acostumada” (*A ferro e fogo I*, p. 197).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de realizadas todas as análises ao longo desse trabalho, concluiu-se a dimensão significativa existente com relação as representações literárias, no que tange a permissão das mesmas para a compreensão de valores e características de contextos, definidos pelo tempo e pelo espaço. As representações que a literatura cria, abarca uma visão diferente do ponto de vista histórico. Enquanto a Literatura resgata sujeitos e contextos históricos, transformando-os em uma história ficcional, no caso da fonte aqui utilizada, um romance histórico, contemplando elementos que existiram, a História produz uma narrativa concentrada nas fontes de pesquisa, situando o narrador a um compromisso com o relato, não o permitindo fantasiar determinada história. A Literatura, assim, produz uma história com novas perspectivas, fornecendo uma renovação na interpretação de determinados contextos, que por vezes encontram-se fartos diante da narrativa histórica.

Retomando a questão que norteou todo o estudo: entender de que forma a literatura sul rio-grandense, especificamente, a obra ficcional *A ferro e fogo I: tempo de solidão*, construiu as representações sociais femininas do século XIX ou do tempo em que foi escrita e publicada na década de 1970; encontrou-se no percurso do desenvolvimento da pesquisa, uma mescla entre a perspectiva de Josué Guimarães, o qual a partir de sua interpretação/percepção, criou esse tipo de representação feminina, sobretudo, com seu modo de conceber as mulheres em 1970, concomitante aos seus entendimentos sobre as mulheres no Rio Grande do Sul, do século XIX.

Através das personagens criadas pelo autor, as imigrantes, as escravas, as índias, as mulheres da elite, as parteiras e as prostitutas, salientando suas respectivas caracterizações, possibilitaram tecer ao longo desse trabalho a construção da sociedade sulina no século XIX, tendo destaque para as diferenças entre a vida urbana e rural. As representações sociais femininas, foram edificadas no livro pelas profissões e personalidades que detinham. Por esse ângulo, observou-se que as mulheres desse período, estavam inseridas em uma sociedade extremamente conservadora, a qual legitimava uma estrutura familiar baseada em lugares e tarefas definidas para o homem e para a mulher. Além disso, pregava-se a submissão feminina às ordens da figura masculina, bem identificada na relação de Gründling e sua esposa Sofia.

Para além das demonstrações do conservadorismo existente na época, Josué Guimarães ressaltou sua perspectiva para as mulheres que não aceitavam viver na condição que lhes era imposta. Nesse caso, a personagem Catarina é a representação principal desse desafio. A imigrante que exerceu desde o início da narrativa um lugar reservado aos homens. Corajosa,

decidida e persistente, Catarina nunca se submeteu a figura do marido, mas o contrário. O autor da obra, apresentou-a como o “homem da casa”, mas demonstrou ao decorrer da narrativa, sua interpretação de desaprovação que uma mulher exercesse as mesmas atividades destinadas aos homens, pois ela não estaria de acordo com os preceitos da sociedade que os regiam, naquele contexto.

A prostituição, assim como a personagem acima, também se referiu a uma forma de rebeldia diante dos regimentos conservadores. Mesmo que as prostitutas tivessem de se submeter às ordens masculinas no momento do trabalho, elas não necessitavam da submissão financeira, a qual a maioria das mulheres estavam sujeitas. Além disso, elas não se enquadravam na estrutura familiar observada. Livres e donas de seus corpos, elas podiam ter quantos homens quisessem, invertendo aquilo que era reservado as figuras masculinas e, sobretudo, naturalizado.

Cabe destacar ainda, a importância das parteiras. Uma profissão, exercida, principalmente nas localidades de interiores e de longas distâncias, por mulheres. Essas, possuíam a responsabilidade da vida e da morte, não importando as condições climáticas que reservavam seus serviços. As parteiras mesmo que poucas vezes citadas, ganharam na narrativa de Josué Guimarães, grande relevância, manifestando a autonomia feminina na representação de um trabalho que só posteriormente foi transferido aos homens (médicos).

Desse modo, a discussão e a ampliação de estudos sobre a formação da sociedade sul rio-grandense, mostram-se necessárias para a compreensão da formação dessa região. Em parte, muitos elementos ainda se fazem presentes na atualidade do Rio Grande do Sul, evidenciadas pelo conservadorismo, imposição às mulheres ao ambiente doméstico, preconceitos diante das diversidades das composições familiares (principalmente homoafetivas), mesmo que ressaltando suas dimensões.

Em síntese, salienta-se que devido ao tempo permitido para a produção de um trabalho de conclusão de curso, não foi possível abordar o segundo livro (*A ferro e fogo II- tempo de guerra*) da trilogia inacabada de Josué Guimarães. Desse modo, existe uma lacuna da perspectiva da História acerca das personagens femininas do segundo livro, abarcando os desdobramentos e novas características que receberam as personagens da primeira obra, ou o surgimento de novos sujeitos. Nesse sentido, a interdisciplinaridade entre História e Literatura, podem contribuir para uma análise inédita da temática, de um período histórico mais adiante.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, ano 1, n. 3, p. 94-109, 2010.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da literatura brasileira**. 46. ed, São Paulo: Cultrix, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- CUNHA, Jorge Luiz. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p 279-300.
- DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Orgs). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 9-46.
- DEL PRIORI, Mary. **Histórias Íntimas**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014, p. 13-101.
- \_\_\_\_\_. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 66-97.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 463-515.
- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. 1ª. ed, São Paulo: Contexto, 2015, p. 63-83).
- FERREIRA, Vanessa Borges Fortes Serapio. **Episódio (s) de um sujeito: análise do discurso político de Josué Guimarães**. 124p. Dissertação (mestrado em Letras) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2017.
- FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça; PALHARINI, Luciana Aparecida. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **História, Ciência, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1039-1061, out/dez. 2018.
- FRIZON, Josué Rodrigues. **O conto de Josué Guimarães para leitores em formação**. 130p. Dissertação (mestrado em Letras) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2013.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 244-267.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLIN, Tau. **A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.** Passo Fundo: L&PM, v. 1, 2002.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo I: tempo de solidão.** 15. ed. Porto Alegre: L&PM, 2006.

KUNZ, Marinês Andrea; WEBER, Roswithia. O movimento Mucker e suas relações com a igreja católica e a protestante. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, dez. 2012.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo, Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).** São Paulo: Edusc, 2004, p. 249-264.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial.** 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MAESTRI, Mário. **O Império: da consolidação à crise do escravismo.** Passo Fundo: UPF, 2005.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas.** Florianópolis, n. 57, dez. 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, São Paulo, setembro. 1998.

MOURA, Vanessa dos Santos. **Josué Guimarães: uma análise de sua trajetória político-intelectual e de sua produção literária ficcional.** 136p. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MÜLLER, Telmo Lauro. A memória dos teuto-gaúchos. In: FISCHER, Luís A; GERTZ, René E. **Nós os teuto-gaúchos.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996, p. 243-254.

PEREIRA, Aline Pinto. **A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil.** 302 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações: uma trajetória. **Revista Anos 90.** Porto Alegre, UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. O processo de independência do Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 19-36.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. **Josué Guimarães.** Porto Alegre: IEL, 1988.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000, p. 273-313.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Literatura e história na América Latina: representações de gênero. **Métis: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 253-270, jan./jun. 2006.